

Criada em 2002, a Revista Bibliomar tem a finalidade de atuar como laboratório para as práticas da disciplina Política Editorial e como canal para divulgação da produção dos alunos do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão



APOIO: CURSO DE BIBLIOTECONOMIA - UFMA
DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECONOMIA
DIRETÓRIO ACADÊMICO DE BIBLIOTECONOMIA
GRÁFICA UNIVERSITÁRIA - UFMA



v. 10, n. 2
ISSN - 1677 - 7220
jul./dez. 2012

Revista **BIBLIOMAR**

REVISTA BIBLIOMAR

REVISTA

Um novo olhar para o conhecimento

Edição Comemorativa dos 400 anos de São Luís

Publicação Semestral do Curso de Biblioteconomia
Universidade Federal do Maranhão

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Dr. Natalino Salgado Filho

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Prof. Dr. Cesar Augusto Castro
Diretor

CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Profa. Dra. Aldinar Bottentouit
Chefe de Departamento

Profa. Ms. Raimunda Ribeiro
Coordenadora do Curso

Profa. Ms. Rita Gonçalves Marques Portella Ferreira
Professora da Disciplina Política Editoria

EXPEDIENTE

EDITOR CHEFE

Rita Gonçalves Marques Portella Ferreira

COORDENADORA GERAL

Tatiana Alves Tavares Ferreira

VICE - COORDENADORA

Kettuly Costa Machado

Comissão de Captação de Originais

Adriana da Conceição Pinheiro Vieira - Coordenadora
Cleiciara dos Santos Marques
Iracelma Costa Reis
Nayadia Kênia Araújo
Sandra Gleice da Silva e Silva

Comissão de Comunicação e Divulgação

Kettuly Costa Machado - Coordenadora
Arielle Priscila Silva Soares
Natasha Oliveira Pinto
Rosângela Mendes Corrêa
Williander Veloso Lemos
Lilian Tércila Carvalho Nascimento
Alessandra Gomes Melo Aguiar

Comissão de Editoração

Jádna Carla Cabral Sousa Dutra - Coordenadora
Joelma Cristina Pereira
Jociane Martins
Joselita Serejo Lopes
Kettuly Costa Machado
Tatiana Alves Tavares Ferreira

Comissão de Patrocínio e Finanças

Márcia Regina Pires - Coordenadora
Josane de Mesquita Lindoso Moreira
Sandra Gleice da Silva e Silva
Felipe Quinzeiro Coelho
José Augusto Borges Vaz
Neliane Santos

ISSN - 1677-7220



Edição Comemorativa dos 400 anos de São Luís

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada na fonte

Distribuição: Comissão de Comunicação e Divulgação

Universidade Federal do Maranhão
Centro de Ciências Sociais
Coordenação Curso de Biblioteconomia

End.: Avenida dos Portugueses, 1966, Bacanga
São Luís – Maranhão – CEP: 65080-805
Fone: (98) 3301-8424/ 3301-3301/ 3301-8404
Site: www.ufma.br

As informações expressas na Revista Bibliomar
são de responsabilidade exclusiva de seus autores

Revista Bibliomar / Curso de Biblioteconomia. – v.10 n. 2 (2012)

— São Luís : UFMA, 2012.

111 p; 21 cm.

Semestral

ISSN 1677-7220

1. Biblioteconomia 2. Periódicos I. Universidade Federal do Maranhão.

II Curso de Biblioteconomia.

CDD 020.5

CDU 02 (05)

EDITOR CHEFE

Profa. Ms Rita Gonçalves Marques Portella Ferreira

COORDENADORA GERAL

Tatiana Alves Tavares Ferreira

VICE – COORDENADORA

Kettuly Costa Machado

CAPA

José Augusto Borges Vaz

DIRETOR DA GRÁFICA UNIVERSITARIA - UFMA

Ezequiel Antonio Silva Filho

EDITORAÇÃO

Martha M. Barreto de Oliveira

REVISÃO TEXTUAL

Liliane Moreira

Lucirene Ferreira Lopes

REVISÃO DE NORMALIZAÇÃO

Jádna Carla Cabral Sousa Dutra

Joelma Cristina Pereira

Jociane Martins

Joselita Serejo Lopes

Kettuly Costa Machado

Tatiana Alves Tavares Ferreira

IMPRESSÃO

Gráfica e Editora Maciel

TIRAGEM

200 exemplares

CONSULTORES AD HOC

Profa. Dra. Aldinar Martins Bottentouit

Prof. Dr. Cesar Augusto Castro

Profa. Ms. Dirlene Santos Barros

Profa. Dra. Maria de Fátima Almeida Braga

Profa. Ms. Isabel Cristina dos Santos Diniz

Profa. Ms. Jaciara Januario de Almeida

Profa. Dra. Maria Mary Ferreira

Profa. Ms. Raimunda Ramos Marinho

Profa. Ms. Rita Goncalves Marques Portella Ferreira

Prof. Ms. Roosevelt Lins Silva

Profa. Ms. Silvana Maria De Jesus Vetter

Profa. Valdirene Pereira Da Conceicao

SUMÁRIO

EDITORIAL	6
A GESTÃO DAS BIBLIOTECAS E AS TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO.....	9
Alessandra Gomes Melo Aguiar; Arielle Priscila Silva Soares	
AS TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO E A HISTÓRIA DAS BIBLIOTECAS	20
Nayadia kênia Araujo Serra	
DEFINIÇÃO GESTÃO DO CONHECIMENTO: a motivação nas organizações.....	33
Gleicilene Almeida Araújo	
INFORMAÇÃO COMO SUBSÍDIO PARA O PROCESSO DECISÓRIO: o uso dos sistemas de informação no apoio à decisão	40
Aurélío Fernando Ferreira; Valéria Bastos da Silva	
INFORMAÇÕES UTILITÁRIAS	56
Danielle de Oliveira Santos; Francinete Costa Primo; Suzane Sheila Rabelo da Silva	
O BIBLIOTECÁRIO COMO AGENTE SOCIAL NA REDUÇÃO DO ANALFABETISMO FUNCIONAL NO BRASIL	63
Arielle Priscila Silva Soares; Lílian Tércila Carvalho Nascimento; Natacha Oliveira Pinto	
REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFBA: atividades desenvolvidas por estudantes de Biblioteconomia e Documentação.....	72
Ana Valéria de Jesus Moura; Andréa Rigaud de Jesus; Manoela Ribeiro Vieira; Marília Lessa dos Santos; Rodrigo França Meirelles	
RESUMO DE TESES DOS DOCENTES DO DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECONOMIA DA UFMA	86

A POLÍTICA DE INCLUSÃO DIGITAL E O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CASA BRASIL NO MARANHÃO..... 86

Maria da Glória Serra Pinto de Alencar

AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO SOB O DOMÍNIO DA JUSTIÇA:
entre a disponibilidade e a garantia de acesso ao Direito e à Justiça..... 88

Aldinar Martins Bottentuit

LIVROS, FOLHETOS, JORNAIS, CALENDÁRIOS E FOLHINHAS, TUDO À VENDA NA BOTICA DE PADRE TEZINHO: práticas sociais e práticas de leitura nos anúncios dos jornais do século XIX (1821-1831) 90

Maria de Fátima Almeida Braga

MODELAGEM LÉXICO-ONTOLÓGICA DO DOMÍNIO PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO 92

Valdirene Pereira da Conceição; Cláudia Pecegheiro

A IMPRENSA PERIÓDICA EDUCACIONAL NOS PAÍSES DO MERCOSUL:
uma análise das temáticas, resultados de pesquisas 94

Claudia Maria P. de Abreu Pecegheiro

PROJETOS DE PESQUISA 96

Valdirene Pereira da Conceição

ENTREVISTAS 99

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO 109

EDITORIAL

A Revista Bibliomar é de responsabilidade editorial dos alunos da Disciplina Política Editorial do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão.

Este número homenageia os 400 anos de São Luís, com a fala do Vice-Reitor Prof. Dr. Antonio Oliveira, pois não poderia esquecer esse transcurso tão importante para todos os maranhenses. Ainda nesta edição esta contempla também a entrevista do Prof. Dr. Jonathan Carvalho, da Universidade Federal do Ceará, que discorre sobre pontos relevantes relacionados com os 50 anos da criação do Curso de Biblioteconomia no Brasil.

Sempre pautada no cumprimento do seu objetivo maior de atuar como prática da Disciplina Política Editorial e de divulgar resultados dos estudos, pesquisas e experiências realizadas pelos alunos do curso, entende-se que seja essa a forma mais adequada de contribuir com o desenvolvimento e avanço da ciência biblioteconômica. Dessa forma, está trazendo neste número, temáticas referentes aos mais diversos assuntos considerados relevantes nesta área, como:

A gestão das bibliotecas e as teorias da administração;

As teorias da Administração e a história das bibliotecas;

Definição de gestão do conhecimento: a motivação nas organizações;

Informação como subsídio para o processo decisório: o uso dos sistemas de informação no apoio à decisão;

Informações utilitárias;

O Bibliotecário como agente social na redução do analfabetismo funcional no Brasil;

Repositório institucional da UFBA: atividades desenvolvidas por estudantes de Biblioteconomia e documentação;

A política de inclusão digital e o processo de implementação do programa Casa Brasil no Maranhão.

Espera-se que os artigos disponibilizados neste fascículo contribuam para ampliar e aprofundar as discussões para o aprimoramento da ciência biblioteconômica, como bem, agradecemos aos respectivos autores selecionados pela sua valiosa e reconhecida participação.

Profa. Msc. Rita Gonçalves Marques Portella Ferreira
Professora da disciplina Política Editorial
e Presidente do Conselho Editorial

A GESTÃO DAS BIBLIOTECAS E AS TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO*

Alessandra Gomes Melo Aguiar¹
Arielle Priscila Silva Soares¹

RESUMO

Relaciona a evolução na gestão das bibliotecas com as características das teorias administrativas. Destaca as particularidades de cada teoria. Analisa brevemente a trajetória das bibliotecas. Apresenta os pontos em comum dessas duas áreas, biblioteconomia e administração.

Palavras-chave: Teorias da administração. Evolução das bibliotecas. Gestão das bibliotecas.

1 INTRODUÇÃO

A biblioteca constitui-se, entre outros aspectos, como um espaço onde se desenvolvem atividades relacionadas à organização das informações registradas, promovendo, desta forma, a multiplicação de informações processadas, gerando conhecimentos que podem interferir na sociedade. Para tanto é necessário que sejam tomadas medidas administrativas em seu fluxo de atividades, objetivando a eficiência e a eficácia dos serviços oferecidos.

Dessa forma, a biblioteca como organização só pode ser amplamente compreendida através do conhecimento conjuntural das Teorias da Administração, integrando duas áreas aparentemente distintas - Biblioteconomia e Administração – para alcance de um único objetivo: o desempenho eficaz e eficiente de tarefas.

Observa-se que, durante o processo evolutivo das bibliotecas, fez-se necessário a adequação dessas instituições ao contexto a que

* Consultora Ad Hoc: profa. Ms. Raimunda Ramos Marinho.

¹ Alunas do 5º período do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

estas pertenciam em diferentes períodos de tempo, sendo possível identificar características marcantes de uma ou outra teoria de administração.

Assim, para “reconstituirmos” os passos dados na evolução das bibliotecas, em conjunto com as teorias de administração, inicialmente, identificaram-se, uma a uma, as teorias administrativas, seguindo-se por uma breve apresentação sobre a trajetória das bibliotecas e, por fim, relacionam-se estes dois universos, objetivando demonstrar ubíquos destas duas áreas.

2 TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO

Toda organização para ter um bom funcionamento precisa de uma boa administração, logo se faz necessária a compreensão do que seria o ato de administrar. Na visão de Kwasnicka (2010, p. 20) administração é “[...] um processo integrativo fundamental, buscando a obtenção de resultados específicos”. Ou seja, é o estabelecimento de normas e funções que irão guiar o funcionamento da organização a fim de mantê-la organizada. E ainda, “A administração é uma atividade eminentemente humana e depende do conhecimento e das funções vitais dos seres humanos para que possa se realizar” (SCATENA, 2010, p. 19).

O surgimento da Administração está atrelado ao fenômeno da revolução industrial que, segundo Kwasnicka (2010, p. 20) “[...] constituiu-se uma profunda transformação na cultura material do ocidente”, pois, com a injeção de novas tecnologias, impulsionou um avanço tecnológico. Em decorrência disso, houve a redução dos custos da produção e dos preços, expandindo o mercado e aumentando a mão de obra, tornando-se necessária a coordenação das atividades exercidas pela grande maioria da população: trabalho humano.

A evolução dos modos de organização da sociedade sempre esteve ligada ao desenvolvimento e à exigência de transformações na forma de trabalho. O desenvolvimento acelerado da industrialização e, conseqüentemente, do trabalho assalariado foram ponto de partida

para o surgimento de novas propostas de organização do trabalho, que foram se adaptando ao longo do tempo de acordo com as mudanças socioeconômicas de cada época. Nesse sentido, existem diversas classificações das correntes de organização do trabalho, sendo estas apresentadas sobre a forma de teorias organizacionais, então denominadas: Administração Científica; Teoria Clássica; Teoria das Relações Humanas; Teoria da Burocracia; Teoria Comportamental; Teoria dos Sistemas e Teoria da Contingência.

Adentrando na teoria da administração científica, esta teve início no século XIX com Frederick Wislow Taylor². Essa teoria surgiu devido à necessidade de intensificar e melhorar a produção, eliminando desperdício e perdas sofridas pelas indústrias americanas, aumentando a eficiência dos trabalhadores, adaptando-os às exigências de suas respectivas funções, ou seja, a atenção estava voltada para o método de trabalho, racionalizando as atividades dos operários através do planejamento das tarefas e cargos, bem como o controle sobre o tempo padrão determinado de sua execução.

Um dos principais seguidores de Taylor na concepção da Administração Científica foi Henri Ford³ que idealizou a linha de montagem, permitindo a produção em série a partir da padronização da máquina e equipamentos, da mão de obra e das matérias-primas como objetivo de aumentar a capacidade de produção do homem, com o menor tempo possível, através da especialização da linha de montagem.

Em resumo, “[...] a administração científica valoriza a tarefa como ponto fundamental para a evolução da organização [...]” (SCATENA, 2010, p. 48).

A Teoria Clássica tinha como principal mentor Henri Fayol, francês, engenheiro de minas que iniciou sua carreira em uma empresa metalúrgica de produção de carvão.

² Frederick Wislow Taylor - nasceu na Filadélfia e iniciou seus estudos na escola de Direito de Harvard, porém não concluiu o curso, preferindo carreira como trabalhador fabril.

³ Henri Ford - nasceu em Mitigan, foi mecânico, e em 1899 abriu sua primeira fábrica de automóveis, tornando-se empresário.

A teoria clássica caracteriza-se por enfatizar a tarefa realizada pelo trabalhador, focalizando na estrutura da organização da instituição, ou seja, na divisão do trabalho; delimitação de autoridade e responsabilidade; unidade de comando e direção; centralização e hierarquia. "Fayol trabalhou nos níveis organizacionais da cúpula administrativa, buscando uma definição das responsabilidades em todos os níveis organizacionais" (KWASNICKA, 2010, p.35).

Em oposição à teoria clássica, a teoria das relações humanas teve seu surgimento associado ao aparecimento das diversas formas de comunicação no mundo, ao desfalecimento do poderio econômico da Europa Ocidental, a grande depressão econômica dos Estados Unidos e o desenvolvimento das ciências sociais e dos estudos psicológicos. Tendo como principal representante George Elton Mayo, psicólogo industrial e professor em Harvard, que buscava conhecer as atividades e sentimentos dos trabalhadores, estudando a formação de grupos dentro das organizações, passando a encarar o trabalho de forma social, onde os funcionários poderiam participar na tomada de decisões e estarem conscientes dos serviços realizados pela empresa. "A teoria das relações humanas surgiu com o intuito de evidenciar a importância das pessoas no processo produtivo, visando corrigir a desumanização do trabalho provocada pelos métodos científicos" (SCATENA, 2010, p. 49).

Essa teoria, ao contrário das citadas anteriormente, prioriza as pessoas e não somente as tarefas e a estrutura das organizações.

A teoria da burocracia foi idealizada por Max Weber, um alemão, sociólogo, advogado, filósofo e economista. Ela parte da premissa de que as organizações devem ser caracterizadas por cargos formalmente bem definidos em ordem hierárquica, com a ideia de autoridade e responsabilidade bem delimitados.

Apesar de, na atualidade, o termo burocracia significar a ineficiência dos serviços de uma organização, no sentido original, burocracia é a organização eficiente por excelência.

Max Weber apostava no profissionalismo, "[...] acreditando que o sistema não poderia funcionar eficientemente a menos que estivesse

provido de pessoas competentes e especializadas" (KWASNICKA, 2010, p. 37).

A teoria da burocracia apresenta como vantagens a racionalidade, a precisão, a rapidez, a uniformidade de rotinas e procedimentos, a confiabilidade e a continuidade. Em contrapartida, apresenta, também, excesso de formalismo e papelatário, resistência às mudanças, super conformidade às rotinas e internalização das regras.

Em suma, o modelo burocrático é

[...] um modelo de organização relativamente formal e impessoal. É uma teoria que reflete muitos princípios da teoria clássica e pode ser aplicada tanto à organização pública como à privada e, como todos os modelos, é raro ser encontrado na forma pura (KWASNICKA, 2010, p. 37).

A abordagem comportamental mantém a ênfase nas pessoas, sugerindo o abandono de posições normativas e descritivas para adotar posições humanísticas e descritivas. Mantém o foco na motivação humana buscando o conciliamento a um contexto mais amplo de organização. Os autores comportamentalistas acreditavam que os gestores têm de conhecer o que motiva as pessoas para poder comandá-las adequadamente, de forma a atingirem um objetivo almejado (SCATENA, 2010, p. 62).

Dessa forma, nota-se que a teoria comportamental recebeu influências da psicologia organizacional, na sua formação, como um auxílio para compreender melhor as pessoas.

Kwasnicka (2010, p. 43) expõe o objetivo da teoria comportamental: "[...] estudar os fenômenos sociais por meio do comportamento dos indivíduos e do estudo das causas que o influenciam [...]", ou seja, a intenção é entender e, assim, controlar o comportamento humano dentro da organização.

A teoria de sistemas teve sua origem a partir dos primeiros conceitos de cibernética, que dentro dos estudos envolve os sistemas.

De acordo com a abordagem sistêmica, tudo é complexo. Toda situação tem inúmeras causas e produz inúmeros efeitos, assim a

teoria dos sistemas tem como objetivo analisar a natureza dos sistemas e a relação entre eles em diferentes espaços. Um sistema não vive isolado, ele é parte de um todo. Todas as partes de um sistema estão inter-relacionadas dando suporte para a integridade deste.

E por último, a teoria da contingência defende que não existe uma única forma de organização para se alcançar os objetivos variados dentro de uma empresa, sendo complexos os estudos que levam a eficiência organizacional, dependendo das características ambientais relevantes para a organização, ou seja, não há nada absoluto dentro das organizações, há sim uma relação funcional entre as condições do ambiente e as técnicas administrativas apropriadas para o alcance eficaz dos objetivos da organização.

Segundo Scatena (2010, p. 99) “Essa teoria surgiu em decorrência da necessidade de se explicar por que algumas ferramentas de gestão empresarial eram eficientes em algumas situações e em outras não.” Procura adaptar a organização a fim de moldá-la, tornando o seu funcionamento viável.

3 BIBLIOTECAS

Quando falamos de biblioteca, logo se pensa ser um espaço físico onde se guardam livros para a produção de conhecimento em cada indivíduo. Vai muito além das paredes dispostos ordenadamente para estudo e consulta. Porém, não desconsiderando tal conceito, a biblioteca pode ser compreendida como um espaço onde se encontram a informação e a cultura registrada, contribuindo para a produção de conhecimento em cada indivíduo. É nesse ambiente que estão guardados os saberes, as descobertas, as tradições, ou seja, é a imagem de uma sociedade exposta em linhas organizadas em documentos.

A biblioteca é “[...] o resultado do desejo e da necessidade quase instintiva de poder utilizar várias vezes uma informação que pudesse ser significativa.” (MILANESI, 2002, p. 21). É, assim, uma forma de manter organizados os pensamentos, as ideias, as conclusões de pessoas em determinadas épocas e que irão ser base para novos pensamentos e novas ideias.

Levando em consideração o aspecto social das bibliotecas, de certo é possível classificá-las como instituições. De acordo com Ferreira (2004, p. 482), Instituição é uma organização de caráter social, religioso, filantrópico etc. Desta forma, é possível classificar a biblioteca como uma instituição social, enquanto fruto de uma necessidade da sociedade, constituindo-se como meio fundamental para a transformação, uma vez que esta oferece recursos que possibilitam o acesso ao conhecimento registrado, o que pode implicar em mudanças em todos os níveis.

Assim, transgredindo as funções sociais básicas de guarda, conservação e organização de documentos, a biblioteca utiliza, através de seus serviços, os mais eficazes métodos para tratar a informação, visando sua recuperação e disseminação, independentemente dos suportes de registro do conhecimento.

Ademais, segundo Vieira (1983, p. 83) “[...] a única justificativa para a existência de uma biblioteca é seu público real ou potencial. Destarte, só é verdadeira a biblioteca cujo caráter foi definido a partir da perspectiva de seu público [...]”.

Porém a biblioteca deve ser vista também como uma organização, onde todas as funções e seus componentes têm um objetivo em comum. A biblioteca como organização ou empresa é um sistema que depende de vários setores para manter eficiente o seu funcionamento, capaz de atender todas as necessidades de uma comunidade. E todas essas funções precisam estar em conjunto, pois uma depende da outra.

Contudo, esta concepção já construída sobre as bibliotecas não surgiu espontaneamente, fazendo-se necessária a compreensão do contexto ao qual o aparecimento das bibliotecas está atrelado.

Assim, o homem, na qualidade de ser social, sempre buscou se comunicar, interagindo e relacionando-se com seus semelhantes. Com a evolução humana, depois de vários processos primitivos, o homem foi transmitindo informações, ideias e experiências através da escrita, sendo esta a realidade que envolve os primeiros passos dados rumo ao que hoje conhecemos por bibliotecas.

Produção e organização do produto a ser preservado são ações simultâneas e paralelas. No momento em que o homem foi capaz de perceber isso e de em prática essa atividade de ordenamento, estabeleceu a noção básica de bibliotecas (MILANESI, 2002, p. 21).

A biblioteca surge então como um espaço para o armazenamento dos documentos que, com o passar dos tempos, foi variando em seu suporte.

Na antiguidade, a biblioteca tinha apenas essa função definida, de depositária de memórias. Porém, com a modernidade essa função foi sendo ampliada. A biblioteca foi começando a ser vista como um ambiente de liberdade, de difusão de informações e produção de conhecimentos.

A partir da industrialização e da crescente urbanização ocorrida a partir do século XVIII e XIX os serviços da biblioteca foram sendo realizados, tendo como foco o usuário, evidenciando o caráter social da biblioteca. Como enfatiza Mueller (1984, p. 9) “Esperava-se que as bibliotecas contribuíssem de maneira significativa para a ordem social e o progresso nacional, e, especialmente nos Estados Unidos, para a manutenção da democracia”. Dessa forma a biblioteca assume uma postura mais ativa diante da sociedade.

4 GESTÃO DAS BIBLIOTECAS E AS TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO

Ao longo da história, para o bom funcionamento das unidades informacionais, se fez necessária a tomada de medidas administrativas nos processos internos das bibliotecas. Desta forma, foram destacados os momentos que, de acordo com as pesquisas realizadas, mais se encontram relacionadas com as teorias da administração.

O primeiro ponto observado trata-se da Idade Média⁴ que, du-

⁴ Na Idade Média, a Igreja centralizava a vida social e econômica. As bibliotecas, sob o comando do clero, encontravam-se dentro dos mosteiros, e o acesso somente permitido àqueles pertencentes às ordens religiosas.

rante o período monástico, tinha como destaque as bibliotecas dos mosteiros, nas quais os monges eram responsáveis pelo seu funcionamento. Nessa época cada monge tinha a sua função e alguns até se especializavam para melhor realizarem sua função. Segundo Labarre (1981, p. 25) “[...] por vezes, monges de passagem vinham juntar-se lhes, chamados pela sua competência ou, pelo contrário, vinham aperfeiçoar-se numa oficina famosa [...]”. Nesse contexto é possível observar aspectos que remetem as teorias clássica e burocrática, pois apresentavam respectivamente foco nas funções, na estrutura da organização, no modelo hierárquico, como também na especialização das funções e na autoridade. Nesse sentido, é interessante perceber que mesmo possuindo estas características, neste período ainda não tinham sido levantadas discussões referentes às teorias de administração.

Um segundo aspecto que pode ser ressaltado entre a gestão de bibliotecas e as teorias administrativas foi a criação da Classificação Decimal Universal (CDU) publicada em 1905 por Paul Otlet e La Fontaine com o objetivo de padronizar, em âmbito universal, a organização dos documentos por meio da classificação. Essa tendência à padronização assemelha-se à proposta da administração científica imposta principalmente por Ford, que priorizava a padronização como uma forma de alcançar o seu objetivo de maneira eficiente. Ainda nesse contexto houve também a criação da Special Libraries Association em 1909, ratificando a idéia da padronização, assemelhando-se à proposta da administração científica, como destaca Robredo (2003, p. 43).

Coincidência ou não, a data de criação da Special Libraries Association é praticamente a mesma do lançamento por Henry Ford, na sua cadeia de produção, do carro Model-T, ícone do espetacular desenvolvimento científico e econômico do País nos anos seguintes. A Special Libraries Association nasce pois num ambiente de desenvolvimento industrial que marcou até hoje sua orientação aplicada.

Quando a biblioteca assume como foco o usuário, ou seja, satisfaz a necessidade informacional do indivíduo, ela resgata os princípios

da teoria das relações humanas, assim como a teoria comportamental, pois ambas valorizam as pessoas. Partem da premissa de que se precisa conhecer os sentimentos das pessoas (trabalhadores) para assim motivá-los no trabalho. No caso da biblioteca, o gestor precisa conhecer os seus colaboradores para então motivá-los, bem como precisa conhecer o seu usuário e a necessidade informacional do mesmo para que possa desenvolver métodos que melhor supram essa necessidade.

Em relação à teoria dos sistemas, a qual afirma que tudo é um sistema e que todas as partes do mesmo devem estar inter-relacionadas, pode-se perceber a presença da mesma nas bibliotecas, tanto no âmbito interno, quando os setores da biblioteca devem estar correlacionados para tornar eficiente o seu funcionamento (ex: se o serviço de referência não funcionar com eficiência, o usuário não alcança a informação; se o serviço de classificação for ineficiente, o usuário não localiza a informação etc.), como também no âmbito externo, a partir da necessidade de informação do usuário (externo à biblioteca), que ao buscar na biblioteca a informação para satisfazer sua necessidade pode direta ou indiretamente influenciar o desenvolvimento da sociedade.

E por fim, a biblioteca atual expressa aspectos da teoria contingencial, isto é, é atenta aos serviços oferecidos e prestados, estando aberta a mudanças atendendo vários tipos de serviços e funções.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que a biblioteconomia não é uma área isolada. Ela recebe influências e incorpora características de outras áreas, inclusive da administração, como foi evidenciado nesse artigo.

A biblioteca ao longo de sua trajetória soube adequar-se ao contexto da época ao qual pertencia, valendo-se das teorias administrativas como uma alternativa de tornar eficiente e eficaz a sua gestão.

MANAGEMENT OF LIBRARIES AND THEORIES OF ADMINISTRATION

ABSTRACT

Relates the evolution in the library management with the administration theories features. Detaches the particularities of each theory. Analyzes shortly the libraries trajectory. Presents the common points of the libraries school and the administrations school.

Keywords: Administration theories. Libraries evolution. Libraries management.

REFERÊNCIAS

- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: o dicionário de língua portuguesa**. 6. ed. Curitiba: Posigraf, 2004. 482 p.
- KWASNICKA, Eunice Lacava. **Introdução à administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LABARRE, Albert. **História do livro**. São Paulo: Cultrix, 1981.
- MILANESI, Luis. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê editorial, 2002. 116p.
- MUELLER, Suzana P. M. **Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca**. Belo Horizonte: UFMG, 1984.
- ROBREDO, Jaime. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus, 2003.
- SCATENA, Maria Inês Caserta. **Ferramenta para a moderna gestão empresarial: teorias, implementação e prática**. Curitiba: Ibpx, 2010.
- VIEIRA, Anna da Soledade. Repensando a biblioteconomia. **Revista Ciência da Informação**. Brasília, v. 12, n.2, p. 81-85, jul./dez. 1985.

AS TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO E A HISTÓRIA DAS BIBLIOTECAS*

Nayadia kênia Araujo Serra¹

RESUMO

Aborda a evolução das Teorias da Administração e a História das bibliotecas. Objetiva identificar como a evolução das teorias da administração contribuiu para o desenvolvimento das bibliotecas. Objetiva também destacar a trajetória e evolução das bibliotecas, assim como a trajetória da evolução das teorias da administração. Para realização do trabalho primeiramente fez-se o levantamento bibliográfico acerca da temática abordada, em seguida realizou-se a leitura dos materiais para se ter um conhecimento mais aprofundado sobre a temática. Conclui-se, que as teorias da administração foram muito importantes não só para as bibliotecas, mas para todas as empresas na medida em que proporcionou conhecimentos sobre os princípios fundamentais para o bom funcionamento de uma organização.

Palavras-Chave: História das Bibliotecas. Teorias da Administração. Informação.

1 INTRODUÇÃO

A História da Administração é uma temática muito importante a ser debatida, principalmente pela sua contribuição desde os primórdios da humanidade, que é possível perceber devido às grandes construções que se mantém presente até hoje, como por exemplo, as pirâmides no Egito. Através dessa construção percebe-se a importância da competência de administrar na medida em houve planejamento.

A Administração também teve grande importância para a organização das primeiras bibliotecas, pois as bibliotecas surgiram da

* Consultora Ad Hoc: profa. Ms. Raimunda Ramos Marinho.

¹ Aluna do 5º período do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão

necessidade de organizar as produções daquela época. Nesse contexto, as teorias da administração foram se desenvolvendo ao longo dos anos, sendo que na Idade Média já se tinha maior conhecimento das técnicas do que na Antiguidade.

Mas foi a partir do século XVIII, com as consequências advindas da revolução Industrial, que se começou a dar maior importância a administração, momento em que surgiram vários estudos sobre o tema, mais foi somente no início do século XX que os estudos se aprofundaram e se sistematizou um estudo relativo a administração.

Nesse período foram lançadas as primeiras publicações sobre o assunto. O avanço dos estudos acontece com a administração científica desenvolvida por Frederick Wenslow Taylor, em seguida as contribuições de Heri Fayol que estava principalmente preocupado com as funções administrativas. Através de suas pesquisas, Fayol teve a possibilidade de publicar em 1908 seu trabalho intitulado "Os princípios da administração". Outros estudiosos como Max Weber, Abraham Maslow, Herbert Simon e Peter Drucker também contribuíram para o desenvolvimento das teorias da administração.

Nesse contexto, todos esses estudos fundamentais tanto para o desenvolvimento da administração como uma área do conhecimento humano, quanto para o desenvolvimento das empresas, relacionando a história da Administração com a história das bibliotecas, em que as mesmas surgem da necessidade de armazenar e organizar as produções desenvolvidas ao longo da história.

Sendo assim, a pesquisa objetiva identificar como as teorias da administração contribuíram para o desenvolvimento das bibliotecas, pretendendo também destacar a trajetória e evolução das bibliotecas, assim como a evolução das teorias da administração. Para a realização do trabalho fez-se primeiramente o levantamento bibliográfico sobre a temática abordada e, posteriormente, efetuou-se a leitura dos materiais para um conhecimento mais aprofundado sobre a temática.

O trabalho está estruturado de modo que, inicialmente, abordam-se as teorias da administração, destacando os pontos principais de cada uma destas assim como seus principais representantes. Em

seguida, destaca-se a trajetória e evolução das bibliotecas. Finalmente, o trabalho encerra-se abordando as contribuições das teorias da administração no desenvolvimento das atividades das bibliotecas.

Sendo assim a pesquisa proporcionou a pesquisadores um conhecimento mais aprofundado sobre as teorias da administração e da história das bibliotecas.

2 TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO

Administrar envolve um processo integrativo. É um conjunto de várias atividades que são realizadas dentro de uma organização. Nesse sentido “[...] administrar é, portanto, um processo pelo qual o administrador cria, dirige, mantém, opera e controla uma organização” (KWASNICKA, 2006, p. 20).

Conforme Kwasnicka (2006), a história da Administração inicia-se desde a Antiguidade, enquanto outros autores afirmam que esse início deu-se pela Revolução Industrial. A Antiguidade foi um período caracterizado pelo desenvolvimento da ciência. Nesse período, filósofos e pensadores desenvolveram várias áreas do conhecimento humano. Porém não foi possível encontrar registros que comprovem a existência da Administração na Antiguidade. Entretanto, vários acontecimentos dessa época como a construção do Império Romano, por exemplo, exigiam certo conhecimento da Administração.

Chiavenato (2004) também faz referência às contribuições da Administração na Antiguidade, destacando as grandes construções erigidas no Egito, Mesopotâmia e Assíria, que presenciaram a existência de vários gestores capazes de planejar e guiar as construções de obras monumentais que duraram até nossos dias, como as pirâmides do Egito.

Destaca-se a grande contribuição da Administração, referente a organização das primeiras bibliotecas, no período de 1. 300 a. C., na organização dos papiros egípcios, pois, desde esse período, os documentos já estavam organizados de forma que possibilitavam sua recuperação.

A Revolução Industrial provocou grandes mudanças na vida das pessoas. Nessa época ainda não existiam empresas como as de hoje, o trabalho era realizado manualmente nos domicílios, e quase não existia a divisão do trabalho. Conforme salienta Kwasnicka (2006, p. 29)

a chamada Revolução Industrial nasceu na Inglaterra e posteriormente espalhou-se pelo mundo. Provocando mudanças profundas como: econômicas, sociais e políticas. Em consequência, as administrações dos governos ainda não estavam preparadas como o novo acontecimento.

Cabe salientar que a Revolução Industrial é marcada pelo enorme crescimento das indústrias e se caracteriza pela invenção de máquinas e de novas formas de produção de bens, de modo que as transformações advindas desse cenário tiveram um papel decisivo para a mudança na forma de vida das pessoas.

O surgimento do modo de produção industrial acabou substituindo o modo de produção artesanal - em que o artesão tinha o conhecimento de todo o processo de produção reconhecendo o produto como fruto do seu próprio trabalho. Já no modo industrial, além da produção ser em série e em larga escala, o produtor não tinha conhecimento do produto como um todo.

Em decorrência, as empresas tiveram que buscar novas formas para enfrentar as situações jamais ocorridas. “Foi nessa ocasião que surgiram as primeiras obras que buscavam a aplicação do método científico no estudo do trabalho. Além disso, tornaram-se necessárias a especialização e a divisão do trabalho”. (KWASNICKA, 2006, p. 30).

A Administração ganha maior destaque com as consequências resultante da revolução industrial com o surgimento de estudos referentes ao tema. O processo de mecanização sofrido pelas empresas ocasionou o aumento acelerado de produção e de lucro, já que para a época a forma de direção e controle utilizado tornou-se inadequado, pois não conseguiu suprir as necessidades vigentes.

Sendo assim, vários estudos são realizados como o princípio desenvolvido por Taylor, denominado Administração Científica, o estudo surgiu através de suas observações realizadas em uma fábrica americana na qual ele trabalhava como engenheiro. Taylor destaca três motivos pelos quais as empresas não eram eficientes. Primeiro, porque as empresas não conseguiam criar o que ele denominava de "identidade de interesse", pois para ele a indústria devia proporcionar ao trabalhador o que ele mais desejava, ou seja, um bom salário. Motivados os trabalhadores iriam executar suas atividades com mais agilidade e precisão o que levaria à redução de custos e aumento do lucro da empresa.

Segundo, as indústrias americanas não se preocupavam em oferecer treinamentos a seus funcionários. Para Taylor, esse treinamento era importante para o aperfeiçoamento dos funcionários e para evitar que certos trabalhadores fossem executar tarefas que não tinham aptidão. Como terceiro motivo, Taylor destaca que as empresas americanas não eram eficientes em função do profissional responsável pela gerência, por esse profissional não possuir conhecimentos sobre o processo de produção. "A administração científica, então, preconizava que era necessário um estudo prévio das ações (movimentos) e do tempo necessário para a realização das tarefas" (COELHO, 1999, p.35). Suas ideias foram bem aceitas, pois representaram uma grande evolução no estudo da Administração, assim como contribuíram para o avanço na produção das indústrias americanas.

Outro importante estudioso foi Henri Fayol, que também se interessou pelos estudos da Administração, sendo considerado um grande contribuidor para o estudo da gerência e da administração. "Fayol estava principalmente preocupado com a função administrativa da direção, pois sentia que a habilidade administrativa era a mais importante que se requeria da direção da companhia [...]". (KWASNICKA, 2006, p. 36).

Através de suas observações foi possível realizar um trabalho bem amplo, publicado em 1908, chamado "Os princípios da administração", através do qual ele apresenta possibilidades para formar

administradores e criar o ensino formal de administração. No seu trabalho são apresentados os cinco elementos do processo administrativo que são: planejamento, organização, direção, coordenação e controle. Seus estudos por serem muito significativos são considerados de grande valia até os dias de hoje.

Já no final da Segunda Guerra um ponto importante a ser destacado para a teoria da administração foi a preocupação como o indivíduo, ou seja, a empresa deixa de ser vista como uma máquina e passa a ser vista como um conjunto de indivíduos que possuem necessidades e interesses.

Com a abordagem neoclássica da Administração, representada por Peter Drucker, os princípios já definidos por Fayol foram reelaborados e hoje são conhecidos como planejar, organizar, dirigir e controlar.

Sendo assim, a teoria geral da administração inicia-se com a administração científica desenvolvida por Taylor, com principal ênfase nas tarefas. Já na teoria clássica desenvolvida por Fayol e a teoria burocrática de Max Weber, e depois com continuidade da teoria estruturalista, a preocupação passa a ser a ênfase nas estruturas. Enquanto que, a teoria comportamental, juntamente com a teoria do desenvolvimento organizacional, aborda as relações humanas com ênfase nas pessoas, já que a ênfase no ambiente surge com a teoria dos sistemas e em seguida é complementada pela teoria da contingência, que posteriormente destaca maior importância a tecnologia. Cada uma dessas teorias enfatizou um aspecto diferente que, juntos contribuíram para o desenvolvimento da teoria geral da administração.

No início do século XX, a administração se desenvolve de forma rígida, em que o chefe, sendo o dono de uma empresa, era o responsável por tomar as decisões. Ele delegava as atividades e os funcionários as desenvolviam, pois o objetivo da organização era produzir para obter lucro. Hoje, a administração já acontece de forma mais flexível, em que todos os membros da empresa contribuem para alcançar os objetivos propostos.

Com o passar dos anos, pode-se destacar que a administração passou a ser cada vez mais estudada e discutida, tornando-se um fator

imprescindível nas empresas. Esses conhecimentos são fundamentais para garantir o bem estar dos seus membros, assim como para obter vantagens em relação à concorrentes na medida em que os estudos são adaptados a sua realidade.

3 TRAJETÓRIA E EVOLUÇÃO DAS BIBLIOTECAS

Desde os primórdios da humanidade o homem já registrava seus conhecimentos em pedras, argila, papiro e pergaminho até chegar ao papel. As pesquisas historiográficas tiveram uma grande contribuição, principalmente no que se refere à história cultural, fator que nos possibilitou ter conhecimento sobre os fatos que ocorreram ao longo da existência do homem.

Nesse contexto, a biblioteca surge da necessidade de preservar e organizar os conhecimentos produzidos, de maneira em que o mesmo possa ser recuperado. Sabe-se, que nesse período nem todas as pessoas tinham acesso a esses materiais.

A biblioteca mais antiga que se tem conhecimento é do terceiro milênio a. C., localizada em Ebla, atual Síria. Sua descoberta foi possível através da missão arqueológica italiana, liderada por Paolo Matthiae, entre 1974 e 1976. Ela possuía um acervo de 15.000 a 17.000 tábuas de argila que, segundo vários autores, correspondiam a cerca de quatro mil documentos que estavam organizados em estantes de acordo com seu conteúdo temático. (SILVEIRA, 2009).

Conforme Milanese (2002), na Antiguidade o registro que mais se desenvolveu foi o papiro, sendo que nesse mesmo período existiram outras formas de suporte, como, por exemplo, a tábua de argila. Os povos que usaram esse tipo de papel foram os egípcios, os gregos e os romanos, e era feito com a fibra do *cyperos papyrus*, pela sua abundância nas margens do Rio Nilo. Suas produções eram registradas nesse material em forma de colunas e formato de faixas de vários metros enrolados em torno de uma haste. Nele foram registrados fatos que nos possibilitaram conhecer a história da humanidade e da cultura dessas regiões.

No século VII a. C., no reinado de Assurbanipal, foi criada a biblioteca de Nínive denominada também de biblioteca de Assurbanipal. Não é possível se falar com certeza sobre seu descobridor e o período, provavelmente torno de 1849 a 1854 a. C. Seu acervo era composto de 25 mil a 30 mil fragmentos de tábuas de argila, que continham informações referentes "ao título, ao número da tábua ou volume, ao nome do possuidor original, ao nome do escriba e a um selo, indicando tratar de propriedade real". (SILVEIRA, 2009, p. 60). Nota-se que desde esse período, já havia a preocupação em registrar informações que posteriormente lhe possibilitasse tanto sua organização como sua recuperação.

A biblioteca de Alexandria, no Egito, possuía uma ampla coleção de rolos de papiro; em torno de 7.000.000 rolos, considerada um centro cultural, reunido uma grande quantidade de sábios e estudiosos de vários lugares e culturas diferentes. Grandes pesquisas foram desenvolvidas, inclusive a tradução do Antigo Testamento da língua hebraico para o grego. Com sua destruição no século VII depois de Cristo durante uma guerra, o maior acervo reunido desde então foi perdido.

Segundo Silveira (2009), a segunda maior biblioteca da Antiguidade foi a de Pérgamo, na atual Turquia, fundada no século II a. C. que reuniu cerca de 200 mil a 300 mil volumes. Segundo alguns historiadores ela se tornou rival de Alexandria. Na biblioteca de Pérgamo o principal suporte de escrita utilizado foi o pergaminho, que era produzido através da pele de animais.

No início quando, o pergaminho surgiu, ele tinha formato de papiro, em seguida passou a ter formato de folhas costuradas ou encadernadas, formando o códice, nesse momento, esses materiais já apresentavam o formato de livro impresso. Paulatinamente, os livros artesanais foram ganhando prestígios pela realeza, tornando-se um bem precioso, na medida em que registrava o conhecimento produzido na época.

Conforme salienta Milanese (2002, p. 23), "[...] O pergaminho foi a ponte entre o papiro e a imprensa, transportando para séculos mais recentes parte do que gregos e romanos produziram no campo do pensamento".

Nesse período não era qualquer pessoa que tinha acesso a esses documentos. Esses materiais eram guardados nos mosteiros, e seu acesso se restringia aos que pertenciam a ordem religiosa, porque eram eles que dominavam a leitura e a escrita "A criação de bibliotecas teve inicialmente a missão de guardar acervos, informações que atendessem a interesses individuais [...]". (SILVA, 2010, p.245).

Assim, na Idade Média quase no período da Renascença é que surgem as primeiras universidades, proporcionando o desenvolvimento de grandes bibliotecas, ainda com o caráter religioso na arquitetura. Essas bibliotecas universitárias possibilitaram a construção de uma nova prática na biblioteca, tornando-a em lugar de socialização e construção do conhecimento.

O surgimento do papel foi um marco importantíssimo na socialização do conhecimento, por ser um material de preço acessível possibilitou a ampliação do uso da escrita, sendo que em períodos anteriores essa prática era exclusividade monástica. Com a imprensa de Gutenberg, os livros se tornaram mais baratos, possibilitando o acesso de uma maior parte da população ao conhecimento.

[...] Foi um momento de transição e de perplexidade para o europeu. O raro e caro tornou-se acessível. O que era particular ao clero e aos nobres passou a ser utilizado por segmentos mais amplos da população. A Bíblia, antes copiada à mão e, por isso, distante da plebe, que também não sabia ler, já poderia ser conhecida por leitura e não, apenas, pelas prédicas eclesiásticas [...] (MILANESI, 2002, p. 25).

Nesse contexto, podemos perceber a grande contribuição que a imprensa de Gutenberg teve através do barateamento do papel para a produção de livros em grande quantidade, possibilitando a acessibilidade da grande parte da população que antes estava excluída do conhecimento e da leitura. A produção das obras impressas levou ao aumento da quantidade das bibliotecas e de seu espaço físico.

Diante dessa explosão na produção editorial, as bibliotecas tiveram que pensar em outras formas para organizar seus acervos, "[...]

Se antes, os manuscritos eram separados por língua, depois, os impressos foram ordenados por assuntos [...]". (MILANESI, 2002, p. 27). Em decorrência disso, o bibliotecário teve que desenvolver novas técnicas que lhe possibilitasse organizar os materiais de forma que fosse possível sua recuperação pelos usuários. E é nesse contexto que surge uma peça fundamental para manter a organização das bibliotecas: a seleção, pois é ela quem vai determinar que documentos devem fazer parte do acervo da biblioteca.

Nesse sentido, é que surgem as bibliotecas especializadas, que na composição de seus acervos são selecionados materiais de acordo com sua política de seleção, ou seja, o acervo está voltado para uma área específica do conhecimento, enquanto as bibliotecas nacionais são responsáveis por organizar os materiais produzidos em nível geográfico de um país.

Conforme Castro (2000, p. 43) "A trajetória das bibliotecas no Brasil iniciou-se com as ordens religiosas dos Beneditinos, Franciscanos e Jesuítas". Desatacam-se especificamente as Bibliotecas Nacionais, na qual elas tinham a finalidade:

de guarda da produção bibliográfica, assumem o papel institucional de preservação da memória do conhecimento. Buscando uma leitura na trajetória histórica das bibliotecas nacionais, pode-se perceber a adoção de medidas que assegurem a preservação do patrimônio documental de cada país (ANDRADE, 2009, p.27).

A Biblioteca Nacional – Real Biblioteca surgiu no Brasil com a chegada da rainha D. Maria, D. João e os demais familiares da corte portuguesa ao Rio de Janeiro em 1811, em função da invasão de Portugal pelas forças de Napoleão Bonaparte, em 1808.

Seu acervo era composto por mais de sessenta mil volumes, incluindo manuscritos, mapas, livros, estampas, moedas e obras raras. Inicialmente, o acervo foi armazenado em uma das salas do Hospital do Convento da Ordem Terceira do Carmo na Rua Direita, atual Rua Primeiro de Março. Em 29 de outubro de 1810, é fundada

oficialmente a Real Biblioteca, que só pôde ser frequentada pelo público em 1814.

[...] em 1821, a Família Real regressou a Portugal, D. João VI levou de volta grande parte dos manuscritos do acervo. Depois da proclamação da independência, a aquisição da Biblioteca Real pelo Brasil foi regulada mediante a Convenção Adicional ao Tratado de Paz e Amizade celebrado entre o Brasil e Portugal, em 29 de agosto de 1825 (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA Nacional, 2006).

No final do século XX, com a invenção do computador, e em seguida com o surgimento da internet abalou consideravelmente a consolidação da sociedade, resultando num crescente número de serviços e suportes para registrar a informação.

Já no século XXI, as bibliotecas ganham uma nova roupagem, deixam de estar exclusivamente em um espaço físico, passando a ocupar também o espaço virtual, possibilitando à sociedade ter acesso a informação, através das bases de dados das bibliotecas virtuais, catálogos, entre outras formas. Nesse contexto, cabe destacar o novo papel do bibliotecário, ao desenvolver suas atividades de organizar, tratar, conservar e divulgar a informação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo que foi exposto, vimos que a história da Administração inicia-se desde a Antiguidade, período em que o homem já registrava seus conhecimentos na tábua de argila, ou no papiro que foi a forma mais abundante nesse período. Com isso esses povos tiveram que desenvolver formas tanto para armazenar, como para organizar os materiais.

A biblioteca de Alexandria no Egito era a que possuía a maior quantidade de registro, cerca de 7.000.000 rolos, observa-se que os mesmos eram guardados em estantes, cada um com sua etiqueta.

Sendo que nessa época já existia um forma determinada para organização desses materiais.

Durante toda a trajetória e evolução das bibliotecas fica evidente a contribuição da Administração. Na Antiguidade as primeiras bibliotecas surgiram com um espaço físico pequeno onde eram organizados os materiais. Em seguida, com o aumento das produções como o advento da imprensa de Gutemberg, as bibliotecas tiveram que aumentar seu espaço físico e a forma de organizar os livros, surgindo assim o profissional bibliotecário, que tem a função de organizar e selecionar os materiais para compor o acervo das bibliotecas.

Portanto, foram muitas as contribuições da administração para o desenvolvimento das bibliotecas. As bibliotecas evoluíram e com isso passaram a desenvolver várias atividades como seleção, aquisição, descarte, empréstimo entre outros, fazendo-se necessário o planejamento, organização, direção e controle. A biblioteca assim como qualquer empresa para funcionar adequadamente necessita de gerenciamento de qualidade para delimitação de tarefas.

THE THEORIES OF ADMINISTRATION AND HISTORY OF LIBRARIES

ABSTRACT

Discusses the evolution of History and Theories of Directors of the libraries. Aims to identify how the evolution of theories of management contributed to the development of libraries. It also aims to highlight the history and evolution of libraries, as well as the trajectory of the development of theories of management. To carry out the work was carried out primarily the literature about the topic discussed, then held reading material to get a better understanding on the subject. It follows that theories of management have been many important not only for libraries more for all firms in that it provided understanding of the principles that are fundamental to the proper functioning of an organization.

Keywords: History of Libraries. Theories of Directors. Information.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Rosane Maria Nunes. Bibliotecas: lugar de memória e de preservação - o caso da biblioteca nacional do brasil. **Patrimônio e Memória**. v. 4, n.2, jun. 2009, p.26-29. Disponível em: <http://www.cedap.assis.unesp.br/patrimonio_e_memoria/patrimonio_e_memoria_v4.n2/artigos/bibliotecas.pdf>. Acesso em: 06. Abr. 2012.
- CASTRO, César Augusto. **História da Biblioteconomia brasileira: perspectiva histórica**. Brasília: Thesaurus, 2000.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da Administração**. 7.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- COELHO, Cláudio Ulysses Ferreira. **Introdução à administração**. 2. ed. Rio de Janeiro: SENAC DN, 1998.
- FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional. **Histórico**. [s.l]: [s.n], 2006. Disponível em:< http://www.bn.br/portal/?nu_pagina=11>. Acesso em: 06. Abr. 2012.
- KWASNICKA, Eunice Lacava. **Introdução à Administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- MILANESI, Luís. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- SILVEIRA, Naira Chritofolletti. **Catálogo no Plural**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

DEFINIÇÃO GESTÃO DO CONHECIMENTO: a motivação nas organizações

Gleicilene Almeida Araújo¹

RESUMO

É importante saber gerir as informações para utilizar o conhecimento extraído delas e armazenar somente o que for necessário, abolindo a ideia de quanto mais informação, mais conhecimento terá. Cada vez mais é encarada como um elemento central no desempenho organizacional, pois possuir um elevado número de conhecimento é fundamental. A Gestão do Conhecimento nas organizações é a vertente responsável pelos processos de criar, organizar, disseminar, usar e explorar o conhecimento dos colaboradores. A Gestão do Conhecimento implica, portanto, a adoção de práticas gerenciais compatíveis sobre os processos de criação e aprendizado individual, bem como a coordenação sistêmica de esforços em vários planos: organizacional e individual, estratégico e operacional, de normas formais e informais.

Palavras-chave: Gestão do Conhecimento. Organização. Fases da Gestão do Conhecimento.

1 INTRODUÇÃO

A Gestão do Conhecimento tem se tornado bastante crescente tanto em empresas quanto na área acadêmica, mesmo sendo uma prática nova, a gestão tem sido muito proporcional nos processos de negócios, tem originado inúmeros trabalhos de investigação e investimentos cada vez mais significativos por parte das organizações que reconhecem a sua crescente importância.

No limiar deste novo século, a par dos esforços por avanços tecnológicos, cresce o empenho na busca de valores, entre outros,

* Consultora Ad Hoc: Profa. Ms. Raimunda Marinho.

¹ Aluna do 6º período do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

justiça e solidariedade na construção de novos modelos de organização. Nunca foi tão necessária a presença do conhecimento, principalmente por aqueles que trabalham com tecnologia perecível como serviços ou produtos que envolvem informação.

O conceito de gestão do conhecimento parte da premissa de que todo o conhecimento existente na empresa de maior sucesso há algumas décadas era reconhecida pelo público e consumidores como uma extensão da personalidade de seus fundadores; na cabeça das pessoas, nas veias dos processos e no coração dos departamentos pertence também à organização. Em contrapartida, todos os colaboradores que contribuem para esse sistema podem usufruir de todo o conhecimento presente na organização.

Trabalhar com o conhecimento de forma coesa e integrada aos processos de negócios da empresa deve compreender um conjunto de diretrizes e recomendações básicas, fortemente inter-relacionadas e válidas para qualquer boa abordagem de Gerenciamento de Conhecimento (SILVA, p.144, 2002).

2 O COMEÇO DA NOVA ORGANIZAÇÃO

Atualmente, as organizações têm vindo a reconhecer que o conhecimento é necessário para mantê-las competitivas no mercado e melhorar significativamente o seu desempenho, mas os fatores críticos de sucesso na implementação de uma Gestão de Conhecimento passam por fomentar uma boa comunicação, ou seja, explicar a todos os colaboradores de uma organização qual o seu papel e a sua verdadeira importância. A Gestão do Conhecimento deve passar a fazer parte da cultura da organização.

Há um consenso importante em torno da gestão do conhecimento: ela tem se dado a partir de teorias que alicerçam a aprendizagem organizacional, tendo como base a compreensão de que a organização

possui um grande volume de conhecimento interno, mas que não está adequado para atender as demandas. Nesse sentido, é função da gestão de conhecimento apontar e complementar lacunas por meio de novas oportunidades de pesquisa e ação estratégica.

No ambiente corporativo, devido à globalização, a inovação passou a ser indispensável para a criação ou mesmo a manutenção do conhecimento: valorizou-se o diferencial competitivo.

De acordo com a Gestão (2011), a organização tem pelo menos três origens: nos Estados Unidos ela surgiu da Inteligência Artificial, quando se observou que a maioria dos sistemas se tornava obsoleto após seis meses. Neste contexto, avaliou-se que o conhecimento é importante na condução dos negócios.

Passou-se a pensar em criação, aprendizado compartilhado, transferência de conhecimento etc. Na Suécia havia preocupações com medições estratégicas baseadas em competência, o que invariavelmente depende do conhecimento dos funcionários das organizações, levando uma abertura para a gestão do conhecimento.

Nas últimas três décadas, as organizações brasileiras, tanto privadas como públicas, de forma crescente, passaram a reconhecer a importância da revisão dos modelos de gestão: no caso das empresas privadas, a motivação era a sua sobrevivência e competitividade no mercado; no caso das empresas públicas, tal motivação era a sua capacidade de cumprir com a sua finalidade, ou seja, atender com eficiência e qualidade a prestação de serviços de interesse da sociedade.

3 CRIADORAS DO CONHECIMENTO

Área que se encarrega de projetar e implementar um sistema cujo objetivo é identificar, captar e compartilhar sistematicamente a informação para a construção do conhecimento e agregação de valor.

A Gestão de Conhecimento é um valioso recurso estratégico cada vez mais utilizado pelas mais variadas instituições. Isso porque, a partir do momento que a organização possui pleno conhecimento

sobre o seu negócio, esta se torna mais competitiva. Uma boa Gestão de Conhecimento permite conhecer os pontos fortes como também os pontos fracos dos recursos de uma organização, o que facilita a busca da melhoria contínua e a correção dos seus recursos.

Sem a implementação de um Sistema de Gestão do Conhecimento, é pouco provável que alguma empresa possa vir a gerar conhecimento verdadeiramente útil a partir do enorme volume de informação que diariamente recolhe e processa.

4 DEFINIÇÃO DA ECONOMIA DO CONHECIMENTO

Um Sistema de Gestão de Conhecimento é constituído por Pessoas, Processos e Tecnologias, a sua implementação com sucesso só pode ser realizada se as tecnologias empregadas forem adaptadas à natureza do trabalho realizado e estiverem preparadas para potencializar a melhoria contínua dos processos de negócio.

Um dos aspectos dessa economia do conhecimento é que à medida que a economia se torna cada vez mais integrada, um colapso financeiro numa determinada zona do mundo pode ter enormes consequências. A definição mais citada da "economia da informação" é a de Porat, que distingue dois domínios da economia: o domínio da matéria e da energia e o domínio da informação. Esse último, ele chama de setor de informação e o primeiro inclui a agricultura e a indústria. O setor de informação envolve a transformação da informação "de um padrão para outro".

Porat classifica o setor de informações em primário e secundário. Os trabalhadores do "setor de informações primário" são aqueles que se concentram quase que totalmente na criação e manipulação das informações, como os cientistas, escritores, bibliotecários etc. Os trabalhadores do "setor de informações secundário" são aqueles que lidam principalmente como itens não-informativos, mas cujo trabalho envolve informações como um elemento secundário. São os trabalhadores de empresas e de indústrias sem relação

com a informação e que produzem informações para uso interno, na produção de bens agrícolas ou industriais (por exemplo, bens não informativos).

A economia da informação também engloba equipamentos e instalações físicas utilizados para a geração e o processamento de informações. Esses equipamentos físicos incluem computadores, equipamentos de comunicação, de comutação, de redes, de áudio e vídeo, impressoras, estúdios e estações de rádio e TV, bibliotecas, máquinas de sequenciamento de DNA e similares. Esses podem ser chamados de equipamentos e instalações de informações.

5 FASES DA GESTÃO DO CONHECIMENTO

Auditoria ao Conhecimento

O primeiro passo na construção de um Sistema de Gestão do Conhecimento passa necessariamente pela realização de uma Auditoria ao Conhecimento da empresa ou organização. Pela realização dessa auditoria, cada empresa determina não só o seu "grau de inteligência", mas também as suas forças e fraquezas e obtém uma avaliação científica do seu potencial competitivo, e identifica os "benchmarks" (referenciais de excelência) que lhe irão permitir deter uma base de comparação para poder elevar o seu nível de Conhecimento. Uma Auditoria ao Conhecimento também permite identificar oportunidades e áreas onde as melhorias são mais prementes.

Só após a realização de uma avaliação concreta e sistemática do atual nível de conhecimento da organização é que passa a ser possível definir os vários componentes do futuro Sistema de Gestão do Conhecimento - Pessoas, Processos e Tecnologias.

Mapas de Conhecimento

Os mapas de conhecimento podem ser utilizados tanto para localizar especializações quanto para mapear os ativos de conhecimento,

permitindo que quaisquer tipos de conhecimentos possam ser formalizados e tornados acessíveis. Probst; Raub; Romhardt (2002) reforçam que estes tipos de representações "aumentam a transparência e auxiliam a identificação de especialista ou de fontes do conhecimento, permitindo, assim, que o usuário classifique o conhecimento novo em relação ao existente e ligue tarefas com especialistas ou ativos do conhecimento."

Os mapas de conhecimento são bastante apropriados para a identificação de conhecimentos internos quanto externos às organizações, ao reforçar as competências internas, deixam transparecer as competências que precisam ser criadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As organizações converteram-se numa grande fase do crescimento econômico e as mudanças que advêm com a economia do conhecimento alteram profundamente a organização da própria economia e da sociedade. Além de credibilidade, a identidade também serve para definir claramente o diferencial competitivo.

Quando uma organização consegue catalisar o conhecimento individual em prol do conhecimento organizacional e colocá-lo a serviço dos seus produtos e serviços, atinge patamares de desempenho, otimização e inovação que beneficiam em muito uma organização.

Tornar gestores e funcionários capazes de aumentar a competitividade das suas empresas por meio da inovação é um dos maiores benefícios. Quando se programa uma Gestão de Conhecimento com sucesso esta fornece um conjunto de diretrizes, que permite que as empresas aprendam com a sua própria experiência no mercado e, com isso, se tornem mais inovadoras e competitivas.

DEFINITION OF KNOWLEDGE MANAGEMENT: motivation in organizations

ABSTRACT

Knowledge management helps address issues of competitiveness and innovation in companies. It is increasingly seen as a central element in organizational performance, as have a high number of knowledge is essential. Knowledge management in organizations is the part responsible for the processes to create, collect, organize, disseminate, use and exploit the knowledge of employees. It should be understood as the approach to integrate, identify, manage and share all the information of the company either, databases, policies, procedures, culture, processes, and all the personal experiences of its workers. Knowledge management therefore requires the adoption of management practices compatible with the earlier findings on the processes of creation and individual learning as well as the systemic coordination of efforts at various levels: individual and organizational, strategic and operational, formal and informal rules.

Keywords: Knowledge Management. Organization. Stages of Knowledge Management.

REFERÊNCIAS

- GESTÃO. <http://www.decisionmaster.net/Files/Editorial/DM_Mensagem_0009.htm> Acesso em: 27 maio. 2011.
- PROBST, G.; RAUB, S.; ROMHARDT, K. **Gestão do Conhecimento: os elementos construtivos do sucesso**. Porto Alegre: Bookman, 2002.
- SILVA, Sérgio Luís da. **Gestão do Conhecimento: uma revisão crítica orientada pela abordagem da criação do conhecimento**.

INFORMAÇÃO COMO SUBSÍDIO PARA O PROCESSO DECISÓRIO: o uso dos sistemas de informação no apoio à decisão*

Aurélio Fernando Ferreira¹

Valéria Bastos da Silva²

RESUMO

Em todos os momentos da vida toma-se decisões, inclusive em espaços organizacionais. Muitas vezes essas decisões envolvem riscos e, para que a decisão seja tomada de forma mais otimizada, a informação torna-se o principal subsídio capaz influenciar positivamente no resultado. Aliam-se a isso processos, sistemas e teorias capazes de apresentar de forma mais rápida e precisa a informação aos atores desse processo. Pretende-se por meio de uma abordagem de pesquisa bibliográfica fazer uma revisão da literatura em livros, revistas de periódicos, artigos e dissertações, buscando, diante da visão dos autores da área, oferecer um conjunto de teorias e experiências práticas para que o profissional de gestão da informação possa: ler, analisar e encontrar alternativas para entender melhor o processo decisório, suas etapas, e poder usá-las como subsídios para a tomada de decisão.

Palavras-chave: Tomada de decisão. Uso das TIC's. Processo decisório.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Cautela e Polioni (1982), "A informação é considerada como o ingrediente básico do qual dependem os processos de decisão". Na sociedade ou numa organização esta regra se comprova diariamente; a todo momento uma decisão precisa ser tomada, e, para tanto, precisam-se de mais informações para tomá-la, isso acontece

* Consultora Ad Hoc: Profa. Ms. Raimunda Ramos Marinho.

¹ Aluno de graduação do curso de Gestão da Informação da Universidade Federal de Pernambuco. (aurelio.fernando@hotmail.com)

² Aluna de graduação do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão (valeria.ufma@hotmail.com)

geralmente quando estamos diante de um problema que apresenta mais de uma alternativa de solução. E mesmo quando, para solucioná-lo, possuímos uma única opção a seguir, poderemos ter a alternativa de adotar ou não essa opção.

Todo o processo de optar por um caminho mais adequado para uma escolha, também é conhecido como tomada de decisão (REZENDE 2002).

Com os avanços tecnológicos advindos da sociedade da informação, sobretudo avanços na comunicação que levaram a um processo de globalização da economia, do aumento de competitividade organizacional e exigências dos clientes, nossas decisões passaram a ser mais complexas. Hoje nossas decisões são mais difíceis de serem tomadas e dispomos de menos tempo para isso.

Na tentativa de minimizar estes problemas, tornou-se necessário o uso de várias ferramentas tecnológicas, bem como métodos para dar suporte ao processo de tomada de decisão. Sendo imprescindível a criação de vários sistemas e diretrizes capazes de proporcionar um auxílio para enfrentar os novos e crescentes desafios cotidianos do nosso tempo.

2 A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO NO PROCESSO DECISÓRIO

Tomar decisões é uma prática presente no dia a dia de todos. A todo momento estamos tomando-as, e, em consequência disso, o processo decisório nos passa despercebido, assim como as ações que nos levam a tomar tais decisões. Diante do ambiente globalizado e mais competitivo da sociedade contemporânea, buscamos tomar decisões coerentes, abrangentes e rápidas. Decisões estas que devem buscar maximizar ganhos e minimizar perdas, criando uma situação onde o decisor possa julgar que houve sucesso, comparando o estado inicial e o final onde se encontrará a situação depois de implantada sua decisão.

Para Gerletti Apud Simon (1970), a tomada de decisão é uma ação humana e comportamental. Esta envolve a seleção, consciente

ou inconsciente, de determinadas informações e ações entre aquelas que são fisicamente possíveis para o decisor e para aquelas pessoas sobre as quais ele exerce influência e autoridade.

Para Moritz e Pereira (2006), tomar decisões é uma atividade eminentemente humana e essencial, para isso é preciso competência, calma e coragem para tomá-las, pois neste processo sempre apostamos algo.

Diante do exposto, entendemos então que para ter uma boa tomada de decisão, precisamos ter: informações pertinentes e contextualizadas, elaborar e planejar etapas, além de entender todo o processo e deter de capacidade e competência para tomar uma decisão aperfeiçoada, isto é, que realize sua função no menor tempo ou no menor número de passos possível.

Vários autores afirmam que as decisões baseadas em informação são apenas tão boas quanto às informações nas quais elas estão baseadas, o que nos permite entender a importância da qualidade da informação no processo decisório, pois quanto mais tivermos informações qualitativas sobre os problemas, melhor será a decisão tomada.

Para Ferreira (2010), a partir do reconhecimento de que a informação é um elemento produtivo essencial e estratégico para pessoas, devido a importância que ela passou a ter na sociedade e nas organizações, para grupos e instituições exercerem suas atividades, o mercado de trabalho passou a exigir dos profissionais da informação uma postura empreendedora para envidar esforços em prol de um futuro promissor aos negócios.

Segundo Marchiori (2002, p. 84, 85), o profissional encarregado de gerir a informação deve ser, sobretudo, competente e hábil para atuar de modo eficiente e eficaz na aplicação de técnicas e conhecimentos no trato da informação e na criação do conhecimento; ser comprometido para assumir responsabilidades em relação às metas coletivas e organizacionais; ter uma visão global e contextual para considerar todos os diferentes fatores econômicos, sociais, culturais, entre outros, que se inserem na prudente tomada de decisões dos negócios. Essa demanda foi suprida com a criação da Gestão da Informação.

Toda decisão basicamente é apoiada num sistema integrado de várias partes importantes de processos e informações para a tomada de decisão. Esses aspectos da interação entre as atividades dos gestores na tomada de decisões e as informações são considerados por McGee e Prusak (1994, p.180) como algo essencialmente entrelaçado e indissolúvel, ao afirmarem que:

“O papel do executivo [...] é tomar decisões sobre as atividades diárias que levem ao sucesso num futuro incerto. Essa sempre foi uma tarefa intimamente ligada à informação. Poderíamos dizer que o slogan do moderno administrador seria: Se pelo menos tivéssemos mais dados”.

Tanto nas ideias, quanto na citação acima, os autores deixam claro, a importância que a informação tem na tomada de decisão, à medida que esclarece que ter uma maior qualidade na quantidade de dados e informações, pode melhorar a tomada de decisão dos atores do processo decisório, de maneira mais eficaz, rápida e economicamente viável dentro da organização.

Um importante aspecto para os agentes do processo decisório é também conhecer o ambiente onde devem coletar as informações para poder tomar a decisão da melhor maneira, Para Moresi (2000), é de suma importância destacar que para conhecer e atuar nesses ambientes é preciso ter informações que atendam a essas finalidades. Para Guimarães e Évora (2004), é de suma importância que estas informações apoiem a gerência ajudando o processo decisório. Neste contexto dizem:

No processo de trabalho, a tomada de decisão é considerada a função que caracteriza o desempenho da gerência. Independentemente do aspecto da decisão, esta atitude deve ser fruto de um processo sistematizado, que envolve o estudo do problema a partir de um levantamento de dados, produção de informação, estabelecimento de propostas de soluções, escolha da decisão, viabilização e implementação da decisão e análise dos resultados obtidos.

Esta definição e a interpretação dos conceitos e ideias revelam que tanto na sociedade quanto nas organizações sempre é esperado dos decisores, diante de sua atuação no processo decisório, que estes tenha segurança e racionalidade durante todo o processo e depois, com a implantação destes, obter o melhor desempenho possível.

3 ETAPAS DO PROCESSO DECISÓRIO

Para Tonetto Apud Maule e Hodgkinson (2002), o ponto de partida para as teorias sobre a tomada de decisão é o fato de que as pessoas têm uma capacidade limitada para o trabalho mental. Para lidar com um mundo marcado por rápidas mudanças, as pessoas desenvolveram modos simples de raciocinar, no que tange ao julgamento e tomada de decisão.

Essa limitação dos atores deve-se ao fato de que os agentes são inclinados a ter uma distorção tendenciosa dos fatos e informações, os chamados vieses. Nesses vieses os agentes tendem a usar regras criadas através de processos decisórios em variadas situações, usando-as posteriormente em outras situações na tomada de decisão, chamadas de heurísticas.

Tonetto et al. apud Plous (1993) conceituam as heurísticas como regras gerais de influência utilizadas pelos sujeitos para chegar aos seus julgamentos em tarefas decisórias de incerteza e cita, como vantagens de utilização, a redução do tempo e dos esforços empreendidos para que sejam feitos julgamentos razoavelmente bons.

Apesar de parecer um processo maléfico, utilizar as heurísticas ajuda a reduzir a complexidade das tarefas e encontrar probabilidades para transformar valores em simples operações de julgamento. Esse processo é muito útil na empresa, mas deve ser conduzido com cuidado, pois pode também levar a erros graves.

A racionalidade na tomada de decisão é, segundo Bazerman (2004) um conjunto de premissas que determinam como uma decisão deve ser tomada em vez de descrever como uma decisão é tomada.

Segundo Robbins (2000), os atores deveriam usar um processo racional de tomada de decisão. Para que o processo racional seja

usado para fazer escolhas consistentes, maximizando o valor dentro de limitações específicas, que deve seguir as seguintes etapas:

ETAPAS DO PROCESSO DECISÓRIO	1) Clareza do Problema (informações completas): Examinar a Situação (definir o problema, identificar os objetivos da decisão e diagnosticar as causas); No início do estudo é preciso definir o problema para entender melhor a decisão a ser tomada, para isso o problema deve estar claro e com as informações completas. É importante ao gerente reunir dados e informações e cumprir metas conhecidas e acordadas, e ter todos os problemas devidamente formulados e definidos, dentro disto é de grande importância o consenso entre os gerentes e todos os envolvidos estarem, a par dos problemas e oportunidades existentes.
	2) Opções Conhecidas (critérios e alternativas): Criar e Avaliar as Alternativas. As informações coletadas devem dar maior certeza e para tanto devem estar completas, após isso deve ser usado o processo racional e captar a complexidade real dos eventos na organização.
	3) Máxima Compensação na Alternativa Escolhida. Depois de iniciado o processo, após a coleta de informações, o agente precisa entender que mesmo semelhante ou parecido com outras situações, todo processo decisório deve ser encarado e abordado como uma nova situação. Diante disto, mesmo utilizando-se de heurísticas, fazê-lo de modo racional, obedecendo a regras, critérios e etapas.
	4) Escolher a Melhor Alternativa: É importante conhecer todos os critérios de avaliação das alternativas, e assim selecionar a melhor, para isso essa busca não deve ser limitada, sem restrições de recursos, pessoas e informações.
	5) Implementar e Monitorar a Decisão. Ao final é preciso tomar uma decisão, sem acomodação, ordenando preferências, avaliando as alternativas e destinando valores o que aumentará o alcance das metas que pretendem ser alcançadas com sua implementação.

Quadro 1 – Etapas do Processo decisório

Fonte: Elaboração própria.

Os decisores, uma vez identificado um problema, começam a procurar critérios e alternativas em uma lista que provavelmente

esteja longe de ser exaustiva, sendo, então, formada pelos critérios e alternativas mais explícitas e fáceis de se encontrar e que tendem a estar visíveis, já testadas e de aplicações comprovadas.

A análise dessas alternativas, por sua vez, também não será abrangente nem detalhada. Seguindo caminhos conhecidos e bem trilhados, ele passará a continuar a análise apenas até identificar uma que alcance um nível aceitável de desempenho. A primeira alternativa que parecer suficientemente boa irá encerrar a procura e levam a uma alternativa de acomodação ao invés de uma melhor escolha.

Diante do exposto podemos perceber que a tomada de decisão é um processo racional que para Stoner e Freeman (1992) pode ser descrito de acordo com quatro grandes estágios

O segundo modelo diferencia do primeiro na sua última etapa, quando pressupõe que a decisão não é a etapa final do processo decisório, é um processo que se alonga com o estudo dos seus resultados para buscar uma melhoria contínua deste processo.

Stoner e Freeman (1992) advertem, ainda, para o risco de que nenhuma abordagem, por melhor que lhes possa parecer, pode garantir que o decisor, apoiado nela, tome sempre a decisão correta.

Para Robbins (2000), uma vez que a capacidade humana para formular e resolver problemas complexos é pequena demais para atender aos requisitos da racionalidade plena, os decisores operam dentro dos limites da "racionalidade delimitada". Eles constroem modelos simplificados que captam as características essenciais dos problemas sem considerar toda sua complexidade.

Ainda para o mesmo autor, o modelo de racionalidade pode servir de base para explicar como as decisões realmente são tomadas.

Entendemos então que a definição e implantação de etapas no processo decisório sejam satisfatórias e que este seja mais racional em suas ações, o decisor precisa frequentemente escolher entre diferentes alternativas, e estas, por sua vez, devem se relacionar aos objetivos que pretendam ser almejados. O sucesso implica na exaustiva comparação de caminhos distintos através da avaliação prévia dos resultados decorrentes de cada um deles e do confronto entre tais resultados e os objetivos que se deseja atingir.

4 AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO NO APOIO AO PROCESSO DECISÓRIO

Até agora vimos que tanto na sociedade como, sobretudo, no ambiente organizacional, a tomada de decisão é vista como a função que caracteriza o desempenho da gerência.

Independentemente do aspecto da decisão, essa atitude é o resultado do emprego de um processo sistematizado quase sempre em etapas bem definidas, que envolve o estudo do problema a partir de um levantamento de dados, produção de informação, estabelecimento de propostas de soluções, escolha da decisão, viabilização e execução da decisão e análise dos resultados obtidos.

Alguns autores, como Bazerman (2004), afirmam que dispomos de muitas tecnologias da informação para nos auxiliar na tomada de decisão, mas apenas o ser humano é capaz de tomar decisões, que envolvam valores e preferências. Mas entendemos também que a tomada de decisão no âmbito organizacional é diretamente afetada pela qualidade das decisões tomadas pelos agentes, em termos de eficácia e eficiência, que por sua vez são influenciadas também pela qualidade das informações geradas, agindo como um processo integrado e sistêmico. É inegável dizer que diante de um mercado globalizado cada vez mais exigente e com menos tempo para decidir, foi inevitável a criação de ferramentas para dar suporte e agilizar as etapas do processo decisório. Essas ferramentas de informação ou tecnologias de informação nasceram com o principal intuito de coletar, organizar e ajudar os decisores a tomar suas decisões com maiores chances de sucesso em suas escolhas.

Por muito tempo, as tecnologias da informação (TI) foram consideradas um mero item de suporte à organização, que a princípio não gerava qualquer retorno para o negócio.

As aplicações destas TI's foram crescendo e, se antes eram usadas apenas para automatizar tarefas e eliminar o trabalho humano, aos poucos começaram a enriquecer todo o processo organizacional, auxiliando na otimização das atividades, eliminando as barreiras de comunicação e assim por diante. Dentro desse novo cenário, as TI's

começaram a assumir um papel muito mais importante nas organizações: o de fator de crescimento de lucros e de redução de custos operacionais.

Para Guimarães e Évora (2004), os sistemas de informação nos ambientes empresariais são constituídos do gerenciamento da informação, a partir do levantamento das necessidades informacionais dos decisores, desde a coleta e obtenção dos dados, a análise dos dados transformando-os em informação, a distribuição da informação de acordo com as necessidades do decisor, a utilização das informações pela sua inclusão no processo de trabalho e, finalmente, da avaliação constante dos resultados obtidos e de redirecionamentos no sistema para atender às demandas e antecipar as necessidades dos decisores.

Ainda para os autores, é importante destacar que os sistemas de informação, com a interligação dos processos, sobretudo de informações, nas organizações, têm tornado possível e apresentam maior segurança para qualquer que seja o processo decisório nas empresas, resultando em melhores decisões. Neste contexto a informação tem sido empregada como mais um recurso para o desenvolvimento do processo de trabalho nas organizações.

A produção interna da informação e a utilização de fontes externas à organização promovem a criação de sistemas de informação para sua identificação e organização, propiciando condições mais adequadas para sua recuperação e utilização na tomada de decisão, pois, através dessas tecnologias e com mais informações relevantes, o decisor pode direcionar uma melhor estratégia para a tomada de decisão.

Diante dessas estratégias, é possível constatar que a informação é mais um recurso para a gerência nos ambientes empresariais e que todos os atores envolvidos no processo decisório devem ter a competência e capacidade de conhecer e utilizar, da melhor maneira, as tecnologias da informação para ter a responsabilidade pela sua coleta, organização, distribuição e disponibilização.

Desta forma, um sistema de informação que sirva ao processo de trabalho deve responder às demandas e necessidades dos diversos serviços e unidades da instituição, resguardadas suas características e

especificidades, podendo ser únicos para a organização ou específicos para cada serviço, mas que o importante é que possam atender a demanda da organização no seu dia a dia.

De acordo com Stair (1998), o Sistema de Informação pode ser compreendido como uma série de elementos ou componentes inter-relacionados que coletam, manipulam, armazenam e disseminam os dados e as informações, fornecendo um mecanismo de retroalimentação. Segundo Laudon e Laudon (1998), o Sistema de Informação é um conjunto de componentes que se relacionam na coleta, processamento, armazenagem e distribuição da informação para apoiar a tomada de decisão nas organizações. De acordo com Cautela e Polioni (1982), os Sistemas de Informação são utilizados para prover informações, seja qual for o uso dessas na organização.

Assim, pode-se, conceitualmente, pensar nesses sistemas sem necessariamente ter um suporte computacional. Nas organizações os Sistemas de Informação mais relevantes, devido à quantidade de informação e necessidade de coleta, processamento e disseminação otimizados, são baseados em computador, ou seja, utilizam a Tecnologia da Informação (a chamada TI) como suporte.

De acordo com Stair (1998), os Sistemas de Informação computacionais utilizados nas organizações podem ser classificados em basicamente 5 tipos: Sistemas Transacionais (ST); Sistema de Informação Gerencial (SIG); Sistema de Informação Executiva (SIE); Sistema Especialistas (SE) e Sistema de Apoio à Decisão (SAD).

Um importante conceito atualmente é o de Inteligência Competitiva (IC) e muitos sistemas de informação baseados nesse conceito têm surgido. De acordo com Barbieri, o BI3, de forma geral, pode ser entendido com a utilização de variadas fontes de informação para se definir estratégias de competitividade nos negócios da empresa.

O objetivo maior do conceito ou da técnica de BI está na definição de regras e técnicas para formatação adequada do grande volume de dados organizacionais, visando transformá-los em depósitos estruturados de informações, independentemente de sua origem (BARBIERI, 2001).

SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE TRANSAÇÕES OU SISTEMA TRANSACIONAL (SPT)	O SPT Tem por objetivo principal aumentar a eficiência do trabalho, reduzindo os custos e o tempo de execução de uma transação, além de garantir controles mais precisos e mais confiáveis no seu resultado final. As transações podem ser processadas em lotes ou online. Transações em lote são inseridas e processadas no sistema em intervalos regulares de tempo. Transações online, por sua vez, são inseridas e processadas no mesmo momento em que vão acontecendo. A utilização de sistemas de processamento de transações permite que as empresas tornem-se mais eficientes e consequentemente mais competitivas. Essa foi a primeira aplicação utilizando a tecnologia da informação para a maioria das organizações. Esse tipo de sistema é compreendido por um conjunto de pessoas, procedimentos, bancos de dados e dispositivos (enfim, um sistema de informação) utilizados para a automatização de qualquer atividade rotineira da organização, como, por exemplo, vendas e folha de pagamentos.
SISTEMA DE INFORMAÇÃO GERENCIAL (SIG)	É o que permite suprir os gerentes e os tomadores de decisões com informações precisas e automáticas sobre as transações da organização. A principal fonte de dados desse sistema é o sistema de processamento de transações. A saída do sistema de informações gerenciais é na maioria das vezes um conjunto de relatórios consolidados de um determinado período. Esses tipos de sistemas disponibilizam aos gerentes e administradores informações cotidianas precisas no auxílio à tomada de decisão, dando, assim, condições para que o planejamento e o controle operacional da organização sejam executados eficazmente.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO EXECUTIVA (SIE)	O SIE é um tipo de Sistema de Apoio à Decisão especializado que tem como objetivo auxiliar os executivos de alto nível na tomada de decisão. Normalmente, contém uma ampla base de dados estratégicos oriundos de informações provenientes dos ambientes: Inteligência Competitiva e Prospecção de Cenários. Tradicionalmente, o SIE era utilizado por altos executivos, mas atualmente é utilizado por funcionários de diversos níveis. Esse tipo de sistema é desenvolvido sob medida para os usuários (inicialmente executivos, e atualmente profissionais de diversos níveis hierárquicos).
SISTEMA ESPECIALISTA (SE)	O SE tem aplicações baseadas em conhecimento de um ou mais especialistas com o objetivo de auxiliar a solucionar os problemas e realizar tarefas como, por exemplo, simular uma tomada de decisão. Segundo Keller (1981), o SE é um sistema informatizado que utiliza amplamente o conhecimento baseado na experiência em um assunto para solucionar tópicos de maneira inteligente, da mesma forma que um especialista humano.

Quadro 2 – Sistemas de informação para apoio à tomada de decisão.

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se que esse sistema mescla também características de SADs e diversos outros tipos de sistemas. Os dados poderão vir das técnicas de garimpo de informações e de amplas fontes conceituais, podendo ser modelados a partir de uma área ou grupo na organização (IBID).

Um tipo de sistema que tem adquirido grande importância nos últimos anos é o Sistema de Gestão do Conhecimento, que tem uma arquitetura próxima à do BI, porém o escopo dos dados por ele integrados é voltado para informações referentes ao aprendizado organizacional. É importante ressaltar, contudo, que nem sempre os sistemas computacionais de informação podem ser enquadrados com exatidão em uma dessas definições. Muitas vezes eles mesclam características distintas dos outros principais tipos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao rever a literatura sobre a tomada de decisão e o processo decisório, é importante destacar que é quase um consenso, a opinião sobre a importância da informação, desde a sua coleta, passando por todo o processo, até a decisão final, sobretudo a informação de qualidade, que influencia dentro de todo o processo, e diante das novas tecnologias de informação, isso fica ainda mais evidente. Um importante aspecto positivo é a grande quantidade de artigos e livros sobre o assunto e o empenho de alguns em descrever todo o processo, fazendo de suas obras quase um texto de auto-ajuda para os decisores. Tais atitudes acontecem pela necessidade de alertar sobre regras de influência que tornam a acontecer, prejudicando o processo decisório e frustrando os gestores diante de decisões mal sucedidas. Tais decepções não devem ser encaradas como fracasso, mas como uma oportunidade de aprender e de buscar sempre uma melhor capacitação para exercer melhor esta importante atividade organizacional, social e pessoal.

GRANT INFORMATION HOW TO DECISION MAKING: the use of systems information for decision support

ABSTRACT

In every moment of our lives we are making decisions, including organizational spaces. Often these decisions involve risks, so that a decision has been optimized more information becomes the main benefit could positively influence the outcome. Allied to this process, systems and theories able to provide faster and accurate information to participants in this process. It is intended by way of an approach to a literature review of the literature in books, magazines, journals, articles, dissertator looking at the sight of the authors in the area offer a range of theories and practical experiences for the professional management of information to: read, analyze and find ways to better understand the decision process, its stages and you can use them as input for decision making.

Keywords: Decision making, use of ICTs, decision-making process.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, C. **BI – Business Intelligence: Modelagem & Tecnologia**. Rio de Janeiro: Excel Books do Brasil, 2001.

BAZERMAN, Max H. **Processo Decisório**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004. 228 p.

CAUTELA, A. L.; POLIONI, F. G. F. **Sistemas de informação**. São Paulo: Livros científicos e técnicos, 1982.

FERREIRA, Aurélio Fernando. A gestão da informação e o papel do gestor da informação: seus atributos, competências e qualificações. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANDES DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 1, 2010, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2010.

GERLETTI, Sérgio. **Processo decisório estratégico na empresa industrial de pequeno porte (EIPP): um estudo de caso**. 2009. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

GUIMARÃES, Eliane Marina Palhares; ÉVORA, Yolanda Dora Martinez. Sistema de informação: instrumento para tomada de decisão no exercício da gerência. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 1, p.72-80, jan./abr. 2004. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewArticle/62/56>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

KELLER, R. **Tecnologia de Sistemas Especialistas: desenvolvimento e aplicação**. São Paulo: McGraw-Hill, 1981.

LAUDON, Kenneth; LAUDON, Jane Price. **Management Information Systems: organization and technology**. 4. ed. New Jersey: Prentice-Hall, 1996.

MARCHIORI, Patrícia Zeni. O curso de gestão da informação da Universidade Federal do Paraná. **Transinformação**, Campinas, v. 14, n. 1, p.83-97, jan./jun. 2002.

McGEE, James.; PRUSAK, Laurence. **Gerenciamento estratégico da informação**: aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

MORESI, Eduardo Amadeu Dutra. Delineando o valor do sistema de informação de uma organização. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 29, n. 1, jan./abr. 2000.

MORITZ, Gilberto de Oliveira; PEREIRA, Maurício Fernandes. **Processo Decisório**. Florianópolis: SEAD/UFSC, 2006. 168 p.

_____. Universidade Federal de Santa Catarina. Planejando por cenários prospectivos: a construção de um referencial metodológico baseado em casos. Florianópolis, 2004. 151 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção.

REZENDE, Gustavo Ladeira. Monitoração ambiental e o processo decisório em pequenas empresas: a utilização de informações do ambiente externo por executivos de indústrias de móveis de design do sudeste brasileiro. Perspectiva da **Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 8, p.96-101, jan./mar. 2003. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/viewFile/382/215>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

ROBBINS, S. P. **Administração**: mudanças e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2000.

SEIXAS, J. A. **Um estudo sobre o uso do Data Warehousing para auxiliar o tratamento da informação no sistema produtivo**: um estudo de caso em uma empresa do setor agro-industrial. São Carlos/SP: Escola de Engenharia/USP, 2000.

STAIR, R. M. **Princípios de Sistemas de Informação**: uma abordagem gerencial. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 1998.

STONER, J. A. F. e FREEMAN, R. E. **Administração**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1992.

TONETTO, Leandro Miletto et al. O papel das heurísticas no julgamento e na tomada de decisão sob incerteza. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 23, n. 2, p.181-189, abr./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v23n2/v23n2a08.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

INFORMAÇÕES UTILITÁRIAS*

Danielle de Oliveira Santos¹
 Francinete Costa Primo¹
 Suzane Sheila Rabelo da Silva¹

RESUMO

Utilizando-se de informações práticas, aborda-se o que vem a ser uma informação utilitária; conceituando e caracterizando tal informação tão presente no dia a dia das pessoas. Ressalta-se que seu cunho informativo é rápido e prático e varia de pessoa para pessoa, tendo assim um amplo número de fontes. Tece-se então uma relação entre este tipo de informação e as bibliotecas, grandes disseminadoras do saber.

Palavras-chave: Informação Utilitária. Fontes Utilitárias. Bibliotecas.

1 INTRODUÇÃO

INFORMAÇÃO! Palavra difícil de conceituar, entretanto de grande necessidade no dia a dia da sociedade. O homem tem transmitido, recebido, produzido e transformado a informação ao longo de sua existência, isso se dá porque:

[...] a noção que temos de informação é bem vaga e intuitiva. Quando fazemos uma pergunta, estamos pedindo informação. Quando assistimos à televisão ou a um filme, estamos absorvendo informação. Ao ler um jornal, uma revista em quadrinhos, ou ao ouvir uma música, sabemos que estamos lidando com algum tipo de informação. Até quando contamos uma piada estamos transmitindo informação. Usamos, absorvemos, assimilamos,

* Consultora Ad Hoc: profª. ms. Raimunda Ramos Marinho.

¹ Graduandas do curso Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão-UFMA.

manipulamos, transformamos, produzimos e transmitimos informação durante o tempo todo, durante todo o tempo. Entretanto, não temos uma definição precisa do que é informação. Não temos uma definição que diga o que é e o que não é informação. Sabemos intuitivamente o que é informação, mas não conseguimos descrever, em palavras, o que é informação. (MARCO 333, 1999, online).

Neste panorama podemos notar o quanto também é complexo se conceituar o que é uma fonte de informação; visualizando por este ângulo, tudo pode vir a ser fonte ou local em que se busca informação, até mesmo aquelas pessoas a quem pedimos uma orientação na rua.

Analisa-se assim dois pontos, primeiro como as informações tidas como utilitárias (de real necessidade), com suas respectivas fontes, têm sido usadas pelas pessoas para se manterem informadas. Por exemplo, um jornal impresso é uma fonte de informação utilitária de grande relevância para um cidadão letrado, entretanto será que se torna sem nenhuma finalidade para um analfabeto que geralmente se utiliza do jornal televisionado para se informar?

Segundo, como as bibliotecas têm transmitido e se utilizado dessas fontes de informação utilitária, para ajudar seus usuários, uma vez que, de acordo com Milanese (2002), biblioteca é uma organização onde as pessoas encontram o que desejam. Para isto conceitua-se e discute-se o que vem a ser informação utilitária; as bibliotecas e informações utilitárias, e quem usa e como usa essas fontes, e a que conclusão chega-se depois do aparato bibliográfico.

2 INFORMAÇÃO UTILITÁRIA

O homem para ser um ser social precisa continuamente comunicar-se com os outros. E é nesse processo de comunicação que ele busca inteirar-se do que acontece, por meio da informação. Uma vez que a informação está presente diariamente na vida das pessoas, pois todos

a utilizam, absorvem, assimilam, questionam, manipulam, produzem e transmitem o tempo todo (BRIGIDI, 2009).

É nesse processo de inteiração, onde busca-se conhecer o que os outros já conhecem, é que constrói-se o conhecimento. É claro que quando buscamos informações, estas dependem da necessidade informacional de cada um. Seja uma informação técnica, formal ou uma simples conversa entre amigos, o objetivo é o mesmo: conhecer o que não se conhece.

Diante dos variados tipos de informações existentes em nosso meio, destacam-se as informações utilitárias, as quais se definem como

[...] informação de ordem prática que consegue auxiliar na solução dos problemas que surge no dia-a-dia das pessoas, desde os mais simples até os mais complexos, abrangendo assuntos ligados a educação, emprego, direitos humanos, saúde, segurança pública e outros. (BRIGIDI, 2009, p.11 apud CAMPELLO, 1998, p. 35).

As informações de ordem utilitárias são aquelas consideradas importantes para suprir as necessidades Informacionais cotidianas. Pode-se citar como exemplo dessas informações: os jornais, telejornais, os órgãos públicos (Prefeituras, PROCON, Companhia de Água e Esgoto), estes por sua vez existem pelo simples fato de ter uma utilidade pública de serviço e informação.

Além desses, não se podem descartar os contatos pessoais que tem-se com vizinhos, amigos, parentes, colegas de trabalho e/ou escolar como meio de obter-se informações rápidas dos mais diversos aspectos.

Não se deve esquecer também que com o advento da internet e a grande quantidade de informações, as fontes online são imprescindíveis para recuperarem-se as informações de cunho utilitário.

“Esse tipo de informação insere os indivíduos na sociedade em que vivem, faz com que os mesmos estejam cientes de seus deveres, direitos, responsabilidades, proibições, etc.” (BRIGIDI, 2009, p. 11).

2.1 Bibliotecas e informações utilitárias

O cidadão ao deparar-se com problemas do dia a dia ou ao necessitar de informações importantes para o seu cotidiano tem a necessidade de recorrer a informações imediatas, que não demandem horas de procura, que sejam simples de serem utilizadas e de baixo custo. É nesse contexto que a biblioteca, sendo uma instituição pública e gratuita, destaca-se ao ser uma das responsáveis por disponibilizar fontes que satisfaçam a precisão por essas informações de ordem prática.

Esta instituição além de ter a importante função de preservar a memória de um povo, estimular a leitura e difundir a informação pode também servir como uma importante fonte de informação utilitária, uma vez que, segundo Gléria e Alves Filho (2000, p. 127),

[...] além de manter essas funções a biblioteca pode evoluir para novas funções de caráter utilitário, estendendo seus serviços a pessoas com acesso limitado às fontes, as quais podem auxiliar na solução de problemas do dia-a-dia. [...] a realização desta tarefa comprova o papel social da biblioteca pública, em uma sociedade em constante transformação. Atender o anseio da comunidade no que diz respeito as suas necessidades Informacionais é uma forma de a biblioteca manter-se atenta as transformações políticas e sociais, atuando como um organismo vivo que acompanha essa evolução.

Na realidade as bibliotecas públicas foram criadas idealizando, além de outras coisas, esse arranjo informacional, mas, com o tempo, foi-se deixando de lado esse caráter inicial de grande relevância para a comunidade. Mas ao se dispor a realizar essa tarefa a biblioteca beneficiaria socialmente não apenas pessoas alfabetizadas, mas até mesmo aquelas que não utilizam os serviços de uma biblioteca ou sequer a conhecem, pois a informação passaria a ter um significado real na vida dessa quantidade considerável de pessoas.

É certo que a biblioteca não é a única que pode dispor dessas informações, mas tem o dever de manter vivo esse elo com a comunidade

e também de servir como uma fonte segura, “[...] pois além de disponibilizar o serviço informacional, é também responsável pela qualidade e confiabilidade deste.” (BRIGIDI, 2009, p. 13). Sendo assim, é dever do bibliotecário manter-se sempre informado e atualizado.

A informação utilitária é tão importante na formação da cidadania quanto às outras informações (científicas, médicas, jurídicas) e, portanto, a biblioteca, que da mesma forma contribui com uma parcela importante nessa construção do homem como cidadão, também deve responsabilizar-se por, não apenas disponibilizar informações para um público restrito, mas atender as necessidades informacionais de ordem prática de toda sociedade.

3 CONCLUSÃO

Assim podemos considerar que as informações utilitárias são de suma importância, pois, além de suprir a necessidade informacional básica, é também necessária e fundamental na construção da cidadania.

Daí a necessidade de se fazer bom uso das fontes utilitárias, uma vez que elas estão presentes em nosso dia a dia e são facilmente disponíveis e fáceis de serem utilizadas na recuperação da informação.

As bibliotecas, portanto, devem desempenhar o papel de fornecer fontes seguras, garantir que o acesso seja de forma igualitária à comunidade, pretendendo, acima de tudo, contribuir com o desenvolvimento educacional, político e social do homem, elevando dessa forma sua qualidade de vida no que se refere a esses aspectos.

Notamos então que as informações utilitárias estão em toda parte e são acessadas por todos, seja de forma direta ou indireta. O analfabeto da introdução pode não ler o impresso, mas por meio de uma segunda fonte utilitária- a pessoa- ele pode obter informação daquele impresso. De tudo pode-se concluir que vive-se em torno de informação utilitária e que estas são vitais para nossa vivência familiar, pessoal e social.

INFORMATION UTILITARIAN

ABSTRACT

Using information practices, approaches to what has to be an information utility, conceptualizing and characterizing such information as present in day to day lives. It is emphasized that its imprint is fast and practical information and varies from person to person, thus having a large number of sources. Weaves is then a relationship between this type of information and libraries, major disseminators of knowledge.

Keywords: Information Utilitarian. Sources Utility. Libraries.

REFERÊNCIAS

- BRIGIDI, Fabiana Hennies. **Fotografia: uma fonte de informação**. Rio Grande do Sul: [s.n], 2009.
- GLÉRIA, Célia Regina Zambaldi; ALVES FILHO, Norberto. PSIUI- Projeto de Serviços e Informações utilitárias: relato de uma experiência na biblioteca pública municipal de Londrina (PR). **Informação & Informação**. Londrina, v. 5, n. 2, p.125-137, 2000. Semestral.
- MILANESI, Luís. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. 116 p.
- MAC 333 - A Revolução Digital e a Sociedade do Conhecimento. **Instituto de Matemática e Estatística**. Disponível em: < [http://www.ime.usp.br/~is/ddt/mac 333/aulas/tema-11-24mai99.html](http://www.ime.usp.br/~is/ddt/mac%20333/aulas/tema-11-24mai99.html)>. Acesso em: 8 nov. 2011.
- VIEIRA, Letícia Alves. Informação utilitária: definição, uso e perspectivas. In: Maria Aparecida Moura. (Org.). **Cultura informacional e liderança comunitária: concepções e práticas**. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2011, v. 1, p. 71-74. Disponível em: < WWW.ufmg.br/.../10_informacao_utilitaria_-_Leticia_A_Vieira.pdf >. Acesso em: 8 nov. 2011.

A VISUALIDADE DO JORNAL IMPRESSO: começando pelo princípio. Disponível em: < www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/.../0510421_07_cap_02.pdf >. Acesso em: 28 nov. 2011. BLOG Agência Espaço Publicitário. Disponível em: <http://agenciaespaco.wordpress.com/2010/07/19/o-que-e-o-folder/>. Acesso em: 28 nov. 2011

O BIBLIOTECÁRIO COMO AGENTE SOCIAL NA REDUÇÃO DO ANALFABETISMO FUNCIONAL NO BRASIL*

Arielle Priscila Silva Soares¹
Lílian Tércila Carvalho Nascimento¹
Natacha Oliveira Pinto¹

RESUMO

Apresenta o papel social do bibliotecário frente ao Analfabetismo Funcional. Destaca a importância do tema. Ressalta ainda a influência que o analfabetismo funcional exerce no âmbito social, econômico e cultural. Analisa a necessidade da presença do bibliotecário como um mediador, gerenciador e disseminador de informações, capaz de oferecer um suporte à educação formal, orientando tais usuários no uso correto da informação, para que possam buscar sozinhos a informação que necessitam, e não deixando também de ser um educador com capacidade de atuar em várias áreas do conhecimento. Identifica problemáticas que envolvem a atuação do bibliotecário enquanto educador e apresenta ferramentas que o mesmo em conjunto com as políticas públicas e instituições interessadas no estímulo à leitura, podem utilizar diante de tais problemas.

Palavras-chave: Analfabetismo Funcional. Bibliotecário. Educação. Desenvolvimento da Sociedade.

1 INTRODUÇÃO

O Analfabetismo caracteriza-se pela falta de habilidade do indivíduo para a leitura e/ou escrita. Adota diferentes concepções e tipologias, entre elas destaca-se o analfabetismo funcional, sendo uma deficiência na capacidade interpretativa e compreensiva do indivíduo.

* Consultora Ad Hoc: profa. Dra. Aldinar Bottentuir Martins.

¹ Alunas do 5º período do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA

O analfabetismo funcional desenvolveu-se devido à desvalorização da leitura no processo de alfabetização, visto que na sua formação, a pessoa não é estimulada a adotar posições reflexivas diante de um texto, ou seja, ela não atribui significado ao que é lido.

A escola, sendo a principal instituição responsável pela alfabetização, deve estar ciente da importância da leitura no desenvolvimento intelectual de cada cidadão. Não obstante, a biblioteca se faz presente nesse contexto, como recurso pedagógico eficiente na educação de crianças, jovens e adultos. Logo, o bibliotecário destaca-se como o profissional mediador de informação e, conseqüentemente, como agente social com a responsabilidade de combater o analfabetismo funcional, visto que este influencia no desenvolvimento social, cultural e econômico da sociedade brasileira.

É nessa perspectiva que este trabalho desenvolve-se. Buscando compreender como o bibliotecário pode contribuir no combate ao analfabetismo funcional, como uma insuficiência do sistema educacional, já que o mesmo trabalha com a informação.

2 ANALFABETISMO FUNCIONAL

A definição do que seria analfabetismo funcional depende da compreensão do conceito de alfabetismo. Segundo Soares (2007, p. 33), este é o “[...] conjunto de práticas sociais associadas com a leitura e a escrita, efetivamente exercidas pelas pessoas em um contexto social específico.” Logo, o alfabetismo funcional é o estado em que indivíduo possui habilidades e conhecimentos que o permitem funcionar adequadamente em determinado contexto social.

Dessa forma, analfabetismo funcional constitui-se como a falta de habilidade na interpretação de textos, ou seja, a pessoa aprende a decodificar a escrita, porém não consegue interpretá-la como um todo, em forma de texto. O indivíduo não é dotado de habilidades e conhecimentos suficientes para capacitá-lo a participar de todas as atividades que necessitem da escrita e da leitura.

O termo analfabetismo funcional “[...] é normalmente usado para ser um meio termo entre o analfabetismo absoluto e o domínio pleno da leitura e escrita.” (SILVA, 2008).

A ocorrência do analfabetismo funcional é determinada, em parte, por fatores como escolas de baixa qualidade, trabalho infantil, pobreza, falta de motivação, entre outros. Ratificando, Rosa; Oddone (2006, p. 184) afirmam “[...] que a condição socioeconômica é fator responsável não só pela permanência do aluno na escola, mas também pelo seu desempenho para alcançar satisfatoriamente o letramento.”

De acordo com o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2010, constatou-se que o país possui cerca de 14 milhões de analfabetos, considerando a faixa etária de 15 anos ou mais. A pesquisa destaca também que essa realidade atinge, principalmente, a região Nordeste, com cerca de 53,3% do total. No Maranhão o índice de analfabetos chega a 19,1%, considerando o analfabetismo funcional com percentual de 31,7%.

Considerando os resultados obtidos nos anos anteriores “O Censo do IBGE apontou que a taxa de analfabetismo no Brasil caiu de 10% em 2008 para 9,7% em 2009 (cerca de 14,1 milhões de pessoas).” (VIVIANI, 2010).

Observa-se que os fatores socioeconômicos influenciam diretamente nos índices da pesquisa, como está retratado na região nordeste. O baixo desenvolvimento da região reflete no seu sistema educacional. Não há investimentos suficientes na educação (estrutura física, remuneração dos professores, compra de materiais didáticos etc.). O trabalho infantil unido à pobreza propiciam a falta de motivação dos pais e, conseqüentemente, dos filhos.

3 O BIBLIOTECÁRIO ENQUANTO EDUCADOR

O bibliotecário, como educador, tem mais do que a simples tarefa de transmitir uma informação, deve disseminá-la da maneira correta. Deve ultrapassar as barreiras (físicas e estruturais) das bibliotecas, assumindo uma postura mais social.

O profissional da informação, na perspectiva de educador, é aquele que participa ativamente do processo pedagógico das instituições educacionais, buscando articular-se com o grupo de professores e especialistas na área da Educação, numa integração de mão dupla. Portanto, conquistar os professores e a direção da escola é um passo importante, até porque esse público muitas das vezes não tem consciência do papel pedagógico da biblioteca nas instituições educacionais e, muito menos, da função educadora do profissional da informação, especificamente do bibliotecário, como é tradicionalmente conhecido (MARTINS, 2002, p.152).

Assim como a biblioteca, a escola também lida com a informação, porém com uma perspectiva diferente, no sentido da disseminação da informação. A biblioteca objetiva o tratamento e organização dessas informações, independente do suporte no qual estejam registradas, enquanto a escola prioriza as formas de transmissão que melhor atendam às suas necessidades. O bibliotecário é o profissional que detém as competências necessárias para melhor gerenciar a informação, é fator determinante no processo pedagógico que une escola à biblioteca. Torna-se relevante a interdisciplinaridade, o bibliotecário deve interagir com a equipe pedagógica da instituição, reforçando o desenvolvimento dos indivíduos. É necessário que a escola sinta a necessidade da presença da biblioteca e, por conseguinte, do bibliotecário. Assim como este precisa compreender a sua importância na escola.

É importante que o bibliotecário questione o papel que exerce na sociedade, como pode contribuir com as comunidades na redução do analfabetismo funcional e, antes de tudo, como transformar a biblioteca em uma ferramenta indispensável nesse processo. Visto que,

como agente de transformação sócio cultural-política, a biblioteca necessita sair de suas próprias paredes, vender propostas, integrar grupos estruturados na comunidade, ser usada no conteúdo e na forma de sua programação de apoio cultural-científico e técnico. Em poucas

palavras, tem que se tornar visível à sua comunidade (SOUSA, 1993, p. 41).

O bibliotecário deve ultrapassar as barreiras que as bibliotecas impõem, como, por exemplo, realizar projetos voltados para o incentivo da leitura em comunidades onde essa ação se torne necessária. Deve priorizar, desde a sua formação, uma postura política para que possa questionar-se sobre como pode contribuir com uma determinada comunidade. Deve realizar um trabalho que ofereça suporte à educação formal, ou seja, o mesmo deve preocupar-se não somente com o fornecimento da informação, mas com a orientação que vai oferecer aos usuários, isto é, no uso correto de um determinado acervo, na aquisição de conhecimento e na preparação dos indivíduos para que sozinhos possam buscar informação sempre que necessitarem. Em suma, “[...] aumenta a necessidade de preparar os estudantes para lidar com o aparato informacional vasto e diverso hoje disponível, de forma que se tornem aprendizes autônomos e críticos.” (CAMPELLO, 2009, p.11). O bibliotecário surge então como o profissional capacitado para preparar os estudantes de forma apropriada para lidarem com a informação em diferentes suportes.

4 A AÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO FRENTE AO ANALFABETISMO FUNCIONAL

Na tentativa de minimizar a realidade do analfabetismo funcional, encontram-se os bibliotecários, que possuem a missão de disseminar a informação, fazendo com que a mesma chegue ao usuário da melhor maneira possível.

Segundo Campello (2009, p.11),

[...] na sociedade contemporânea caracterizada pela abundância de informações sem precedentes, cresce a necessidade de se saber usar as informações e, portanto, o papel educativo do bibliotecário torna-se mais

evidente, tendo em vista sua competência específica para lidar com informações.

A eficiência desse papel educativo é determinada, principalmente, pela promoção da leitura. Esta se tornou prioridade para o desenvolvimento de uma sociedade, pois não se trata apenas da decodificação de símbolos, mas, sim, interpretá-los e compreendê-los, extraindo o que for mais relevante. É formular um juízo sobre o escrito e assim ampliar o campo do conhecimento. A leitura remete às formas de lazer e de prazer; à aquisição de conhecimento, enriquecimento intelectual e cultural; amplia a capacidade de convívio e de interação dos indivíduos.

Teoricamente, a leitura é parte integrante da alfabetização, porém, na prática, isso não se mostra real. Observa-se que a leitura deixou de ser aspecto primordial no processo de alfabetização e tornou-se algo colaborativo.

Segundo Foucambert (1994, p. 8) "A alfabetização é antagônica a leitura." Hoje, a alfabetização se resume à aprendizagem da escrita e a leitura do que está escrito, mas não contempla a compreensão acerca do escrito. Ler é adotar um posicionamento crítico. Nesse contexto, o analfabetismo funcional caracteriza-se, justamente, na falta desse posicionamento crítico. O indivíduo não desenvolve a habilidade de assimilação do que está lendo e não consegue se posicionar na sociedade.

Nessa perspectiva, o bibliotecário não deve ser apenas um tecnicista, mas, acima de tudo, um leitor. É a partir da leitura que há o resgate de informações que irá capacitá-lo para lidar com situações esperadas e inesperadas.

Este profissional é um motivador / estimulador de leituras, portanto, ele precisa gostar de ler e ser leitor frequente, crítico. Sua competência está vinculada não somente à informação acadêmica, mas também ao resultado das leituras que são desenvolvidas ao longo de sua vida, de modo que possa tomar decisões e iniciativas

de forma consciente e responsável. (MARTINS, 2002, p. 150).

Buscando soluções para amenizar o problema do analfabetismo funcional no Brasil, surgem as políticas públicas e instituições responsáveis pelas mesmas, refletindo o desejo de diferentes setores da sociedade (Educação, Biblioteconomia e Governo) em controlar a crise da leitura no país. Um governo interessado no desenvolvimento da nação investe em leitura, pois compreende que isso qualifica o indivíduo, assim como facilita a sua relação com outras culturas, com o mercado de trabalho, ou seja, possibilita a superação de barreiras.

Dentre essas políticas públicas e instituições, destacam-se o Programa de Incentivo à Leitura (PROLER), que visa a estruturação de programas capazes de consolidar práticas de leitura; o Instituto Nacional do Livro (INL), possuindo como atribuição a legislação de políticas sobre o livro, assim como fortalecer a produção e disseminação dos livros didáticos no Brasil. Há, ainda, programas que promovem a participação das bibliotecas, como o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), que busca promover a leitura entre alunos e professores, além de apoiar projetos que capacitem professores de ensino básico.

O bibliotecário pode agir em conjunto com as políticas públicas e com as instituições interessadas na promoção da leitura como ferramenta de combate ao analfabetismo funcional. A visão social e política deve estar presente na atuação do bibliotecário, para que o mesmo possa fundamentar o seu trabalho em perspectivas que atendam as reais necessidades da sociedade brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A missão de combater o analfabetismo funcional por meio da ajuda dos profissionais da informação não é tarefa fácil. No Brasil, embora muitos estejam se esforçando para transformar o ambiente das bibliotecas em um espaço de educação considerado necessário para

criar comunidades de aprendizagem, a realidade se mostra diferente do que o ideal. O envolvimento do bibliotecário com as práticas educacionais ainda é muito restrito, já que, normalmente, as atribuições dadas aos profissionais não incluem esse aspecto.

Essa situação, entretanto, começa a se modificar a partir do momento em que o bibliotecário, assumindo seu papel social, implementa programas de incentivo e motivação de leitura dentro e fora das Unidades de Informação. Os bibliotecários devem ser mediadores da leitura. O acesso à leitura é imprescindível ao exercício da cidadania. Ao formar leitores, o bibliotecário contribui com a formação histórica, social e política do homem. Ou seja, o bibliotecário participa ativamente na construção da cidadania.

THE LIBRARIAN AS A SOCIAL IN REDUCING ILLITERACY FUNCTIONAL IN BRAZIL

ABSTRACT

It presents the social paper of the librarian front to the Functional Illiteracy. He/she/you detaches the importance of the theme, it still Points out the influence that the functional illiteracy exercises in the ambit social, economical and cultural. He/she/you analyzes the need of the librarian's presence as a mediator, manager and circulator of information, capable to offer a support to the formal education, guiding such users in the correct use of the information, so that they can look for alone the information that you/they need, and also not stopping being an educator with capacity of acting in several areas of the knowledge. He/she/you identifies problems that involve the librarian's performance while educator and it presents tools that the same together with the public politics and interested institutions in the incentive to the reading, they can use before such problems.

Key-words: Functional illiteracy. Librarian. Education. Development of the Society

REFERÊNCIAS

CAMPELLO, Bernadete Santos. **Letramento informacional: função educativa do bibliotecário na escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 79 p.

FOUCAMBERT, Jean. **A leitura em questão**. Porto Alegre: Artmed, 1994. Tradução de: Bruno Charles Magno.

MARTINS, Leoneide Maria Brito. O profissional da informação e o processo de mediação da leitura. In: CASTRO, César Augusto (org.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia: múltiplos discursos**. São Luís: EDUFMA; EDFAMA, 2002. cap.8, p.144-160.

ROSA, Flávia Goullart Mota Garcia; ODDONE, Nanci. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. In: _____. **Revista Ciência da Informação**. Brasília, v. 35, n. 3, p. 183-193, set./dez. 2006.

SILVA, Francesca. **O analfabetismo**. 2008. Disponível em: <http://www.grupoescolar.com/materia/o_analfabetismo.html> Acesso em: 29 abr. 2011.

SOARES, Magda. **Alfabetismo e Letramento**. São Paulo: contexto, 2007. 123 p.

SOUZA, Francisco das Chagas. **Biblioteconomia, educação e sociedade**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1993.

VIVIANI, Oswaldo. **IBGE/Censo 2010 confirma Maranhão com os piores índices sociais do Brasil**. 2010. Disponível em: <<http://www.maranhaonews.com/estado/estado/54-estado/1168-ibgecenso-2010-confirma-maranhao-com-os-piores-indices-sociais-do-brasil.html>> Acesso em: 29 abr. 2011.

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFBA: atividades desenvolvidas por estudantes de Biblioteconomia e Documentação*

Ana Valéria de Jesus Moura¹
Andréa Rigaud de Jesus¹
Manoela Ribeiro Vieira¹
Marília Lessa dos Santos¹
Rodrigo França Meirelles²

RESUMO

Os repositórios institucionais surgem como alternativa para preservar e disseminar a produção de uma instituição. O Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia (RI\UFBA) tem como objetivo reunir toda a produção científica e acadêmica da Universidade, com base no movimento mundial de acesso livre à informação científica. Para tanto, conta com o apoio de bolsistas do curso de Biblioteconomia e Documentação para o povoamento do RI concomitante com a política do auto arquivamento junto aos docentes, discentes e funcionários da Universidade. Neste contexto, o presente trabalho pretende demonstrar a experiência desses estudantes com o aporte teórico que representa o RI e a metodologia utilizada nesta atividade, envolvendo pesquisa em base de dados, utilização de metadados para descrição e indexação dos documentos. Considera-se que a memória institucional e produção de conhecimento acessível é a base desse projeto, visto que pode-se entender na prática a importância da disseminação, registro e preservação da produção científica para a valorização da Universidade.

Palavras-chave: Comunicação Científica. Repositório Institucional. Acesso livre. UFBA.

* Consultora Ad Hoc: Profa.Ms. Jaciara Januário de Almeida.

¹ Universidade Federal da Bahia. Estudantes de Biblioteconomia e Documentação. anavaleria_131@hotmail.com; andrearigaud16@yahoo.com.br; manu-biblio@hotmail.com; lessa.marilia@gmail.com;

² EDUFBA\UFBA. Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia. Gestor do Repositório da UFBA. rodrigomei@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade o processo de produção e acesso à informação científica ganhou novos rumos com as tecnologias de informação e comunicação (TICs). Os periódicos científicos e os livros ainda são os principais responsáveis pela divulgação da pesquisa científica e o canal que favorece a revisão entre os pares. Contudo foram ampliados os canais e as formas destes serem disponibilizados, pois apenas o modelo tradicional não primava pela agilidade, tão pouco por incorporar outros formatos de documentos, como também meios que facilitassem a interlocução entre os pesquisadores como: e-mail, blogs, redes sociais, entre outros.

Os repositórios digitais surgiram como uma ferramenta que congrega todo tipo de produção. Em instituições de Ensino Superior essa ferramenta proporciona acesso livre, preservação da memória institucional e democratiza a publicação dos pesquisadores.

O Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia (RI/UFBA) busca armazenar em meio virtual o conjunto da sua produção científica e acadêmica. Essas informações permanecerão disponíveis com acesso livre para a comunidade interna e externa da UFBA, fazendo jus ao dever social da universidade de colaborar para o desenvolvimento do país. Pois na medida em que constrói a sua própria memória leva conhecimento para a população e atende diversas áreas de interesses.

Este texto é um relato de experiência de quatro bolsistas de iniciação científica que desenvolveram suas atividades no RI/UFBA no período que discorre entre Março e Dezembro de 2011, fazendo pesquisa em base de dados, a fim de alimentar o RI/UFBA com a produção retrospectiva da comunidade acadêmica da UFBA com artigos publicados em revistas científicas de circulação nacional e internacional. O objetivo é disponibilizar toda a produção científica da Universidade em meio online, preservando a memória da universidade e democratizando o acesso ao conhecimento.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A memória não deve ser entendida apenas como a guarda de documentos que representam momentos históricos de grande relevância de um órgão ou instituição, mas sim como um bem necessário para o desenvolvimento destes.

Pensar a memória como uma reconstrução racional do passado, erguida a partir de quadros sociais bem definidos e delimitados, como o faz HALBWACHS, nos conduz a um tipo de posicionamento político; afirmar, em contrapartida, que a memória é tecida por nossos afetos e por nossas expectativas diante do dever, concebendo-a como um foco de resistência no seio das relações de poder, como o faz FOUCAULT, outra ética e outra posição política. Assim, memória é considerada parte fundamental nas relações sociais econômicas e políticas. Nesse caso a memória seria um instrumento de poder, visto que [...] a questão do esquecimento tem uma dimensão política [...] que entre a memória e o esquecimento há um jogo de forças, um confronto.

Pensemos na universidade então como uma organização, empresa que visa ganhar mercado e, como tal, [...] deve inescapavelmente legitimar suas atitudes, ações, posturas, especialmente, ter consciência e dar conhecimento dos impactos de suas atitudes no passado, no presente e no futuro em diferentes níveis, do comercial ao social [...] (GONDAR, 2004 citado por NASSAR, 2007).

A comunicação científica permite aos pesquisadores expor seus trabalhos ao julgamento de seus pares, garantindo a confiabilidade de suas pesquisas. Os periódicos científicos funcionam como uma ferramenta disseminadora da produção científica, atualmente, devido às inovações das TIC, os periódicos vivem um momento de transição do seu formato impresso para o eletrônico.

No ambiente das universidades, principalmente as brasileiras, é onde se concentra a maior parte da produção científica, utilizando

como meio de divulgação o periódico científico. Segundo Antônio Miranda, na apresentação do livro de Maria Carmen Romcy de Carvalho (1981).

Uma universidade que não participa do acervo documental e ideológico universal, que não tem memória e não dá, ela própria, uma contribuição ao avanço das ciências, das técnicas e das humanidades, poderá ser uma fábrica de diplomas, mas pouco influirá sobre o progresso humano e cultural, sobre a comunidade que deverá servir.

As universidades se apresentam como um centro de produção intelectual, no entanto se deparam com questões referentes a preservação, acesso e disseminação da sua produção.

O movimento do acesso aberto e as facilidades promovidas pelas tecnologias de informação e comunicação, a partir dos anos 90, incidem sobre um novo paradigma da preservação da memória e do acesso informacional nas universidades, associações científicas e outras instituições de pesquisa.

Nesse contexto o Repositório digital se configura como uma ferramenta cuja finalidade é gerenciar e ampliar a visibilidade da informação de caráter científico, artístico e cultural (ROSA; TOUTAIN, 2009 p.7), reunindo em um único local virtual todo material produzido no âmbito das instituições.

Atualmente existem repositórios temáticos e institucionais. O primeiro é voltado para uma área específica do conhecimento como o Repositório eletrônico de Ciências Agrárias. O segundo compreende a produção intelectual de uma instituição. No caso de uma universidade: artigos científicos, relatórios técnicos, livros, atas, etc.

Do ponto de vista da comunicação científica a documentação disponível nos repositórios institucionais (RI) resolve o problema do acesso, visibilidade, preservação e disseminação. A produção acadêmica pode ser subdividida em literatura visível e cinzenta. A primeira se refere àquela publicada em canais formais, inserida nas fontes primárias

e secundárias, como livros e periódicos, submetida a julgamento de seus pares e passado por processo de revisão. Todavia, a literatura cinzenta se distingue pela divulgação em canais informais, aquela que não é avaliada pelos seus pares e não passa por processo editorial.

[...] tais como publicações governamentais e de outras entidades, relatórios técnicos e de pesquisa, traduções avulsas, preprints, dissertações, teses e literatura gerada em eventos científicos, como os anais de congressos e seminários etc., identificados, por sua invisibilidade nos meios de divulgação (VARELA; BARREIRA; BARBOSA, 2010).

Nesse contexto o RI pode ser caracterizado como uma solução que permite o acesso a esses dois tipos de literatura.

Os repositórios institucionais no âmbito das Instituições de Ensino Superior (IES) são uma resposta aos investimentos públicos, possuindo um caráter social. Sua criação busca a preservação da memória institucional, divulgação e visibilidade do conhecimento produzido pela comunidade acadêmica.

O modelo do RI surgiu como uma alternativa aos altos custos das assinaturas dos periódicos científicos. A internet alterou a forma como se produz e acessa informação, retirando das editoras a exclusividade de publicação. Em consequência, vários movimentos sugeriram com a proposta de acesso livre (*open access*) e arquivos abertos (*open archives*) que visam a difusão do conhecimento científico e do patrimônio cultural, representados pelos *Open Archives Initiative (OIA)* e da *Budapest Open Access Initiative (BOIA)* e aceitos pela comunidade científica por meio de declarações entre elas e de Berlim, que define acesso livre como:

[...] um procedimento vantajoso requer o empenho ativo de todo e qualquer indivíduo que produza conhecimento científico ou seja detentor de patrimônio cultural. Contribuições em acesso livre incluem resultados de

investigações científicas originais, dados não processados e metadados, fontes originais, representações digitais de materiais pictóricos e gráficos e material acadêmico multimídia (DECLARAÇÃO, 2003).

Para chegar ao o objetivo citado, atualmente existem duas vias de acesso livre:

[...] a via dourada, é uma orientação para que os periódicos científicos publiquem segundo a concepção do livre acesso. Esta via só é possível se os editores de periódicos aderirem à filosofia do livre acesso. De forma complementar a via dourada, é proposta também a via verde, que consiste justamente no depósito de trabalhos acadêmicos na rede de repositórios institucionais espalhadas crescentemente por todos os países do mundo, pelas mais diferentes instituições produtoras de conhecimento científico, tipicamente universidades, institutos de pesquisa e órgãos governamentais (MARCONDES; SAYÃO, 2009, p.17).

O pioneiro dessa iniciativa - via verde - foi o físico Paul Ginsparg com o maior arquivo de *e-prints* ArXiv, criado em 1991. Ao longo dos anos várias instituições, principalmente de países desenvolvidos, criaram seus RIs: nos Estados Unidos, instituições importantes como Harvard e Stanford University e Portugal com a Universidade do Minho, precursor na língua portuguesa, que tornou-se base de estudo para implantação do RI da UFBA.

O RI/UFBA foi instalado em 2008, visando primeiramente as publicações da EDUFBA, mas tornando-se mais abrangente pelas seguintes motivações:

- a) a redução da exclusão cognitiva; b) ampliação da visibilidade da pesquisa da UFBA em todas as áreas; c) a possibilidade de redução do uso de cópias de livros no ambiente acadêmico; d) ampliação da visibilidade da produção das áreas multimídia nas Artes (Dança,

Música, Teatro e Artes Plásticas); e) melhoria do posicionamento da UFBA no cenário acadêmico, e sua maior contribuição efetiva no desenvolvimento da ciência do país. (ROSA; MEIRELLES; PALACIOS, 2011).

Nessa conjuntura se enquadra o RI/UFBA, implantado em setembro de 2010, data em que foi oficializada sua implantação. Após vários estudos realizados sobre o tema e de uma análise no aparato tecnológico da UFBA para averiguação de sua capacidade quanto a implantação de um Repositório, o Reitor Naomar de Almeida Filho oficializa a implantação do Repositório Institucional da UFBA, tomando-se como modelo o Repositório Institucional da Universidade de Minho - RepositóriUM. Buscou-se um aprofundamento no tema da implantação de um repositório institucional, além da convivência com os gestores do RepositóriUM e da oportunidade de iniciar a implantação com balizadores de experiências vivenciadas com erros, acertos e soluções.

O Programa utilizado para implantação do RI UFBA foi o DSpace que é um *software* baseado na metodologia de arquivos abertos e padrões internacionais, como o *Dublin Core*. Foi criado pelo Instituto Tecnológico de Massachussets (MIT) em conjunto com a Hewlett-Packard (HP), cuja finalidade era organizar, disseminar e preservar os documentos digitais produzidos no âmbito da Instituição. Tal plataforma segundo Flávia Rosa, Meirelles e Palacios (2011, p. ?) se caracteriza como sendo:

- a) um software livre;
- b) software de arquitetura simples e eficiente;
- c) uso de tecnologia de ponta;
- d) volta do para o acesso aberto;
- e) desenvolvido intencionalmente para servir de RI;
- f) recursos eficientes para armazenamento, preservação e disseminação de registros;
- g) permite a organização de dados de forma que reflita a estrutura organizacional da instituição através do sistema de comunidades/ coleções.

O Dspace é um dos *softwares* mais utilizados para a inserção de repositórios nas instituições. O RI da UFBA propõe a inserção de materiais em formato digital, científicos e acadêmicos, produzidos no ambiente da Universidade, sendo as produções de caráter formal ou informal, apresentado como uma solução para os problemas de visibilidade, preservação, acesso e memória.

3 METODOLOGIA

A Política do RI UFBA é formada pelo trabalho conjunto de um Grupo Gestor³ de várias unidades e estas estão ligadas à coordenação do repositório, sendo responsáveis pelo seu desenvolvimento, política de inserção e manutenção.

Quanto aos mecanismos de estímulos para a inserção no RI, tem-se trabalhado com a política de divulgação, de modo a induzir e incentivar o corpo docente, pesquisadores, alunos e o corpo funcional da UFBA para o auto arquivamento da produção científica, obedecendo aos critérios de submissão, tal como:

- a) o depositante deve possuir permissão para submeter itens no RI;
- b) ter vínculo com a instituição - professores, funcionários, alunos de graduação, especialização, mestrado ou doutorado;
- c) o item a ser inserido deve estar em formato digital;
- d) o autor deve conceder o direito não-exclusivo do seu trabalho.

A organização do RI UFBA se configura através de comunidades e subcomunidades. As comunidades correspondem às unidades da UFBA e cada uma delas pode ser subdivida em subcomunidades para atender as demandas, permitindo que seus departamentos e

³ Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação, Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação, Instituto de Ciência da Informação, Superintendência do Sistema Universitário Editorial, Superintendência do Sistema Universitário de Tecnologia da Informação e Superintendência do Sistema Universitário de Bibliotecas.

programas de pós-graduação também estejam inclusos no padrão de organização do RI. Como pode ser visto a seguir:

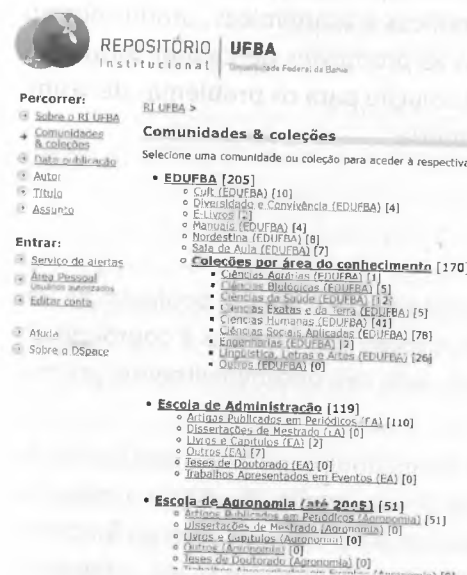


Figura 1 - Repositório Institucional da UFBA
Fonte: <https://repositorio.ufba.br/ri/community-list>

A Portaria nº 24 de 2010, no seu artigo 6º, prevê que para facilitar o povoamento do RI a Biblioteca Central ou qualquer outra unidade da UFBA poderá promover o registro da produção científica por terceiros. Inserem-se neste contexto os bolsistas do RI, responsáveis por efetuar o registro no repositório, garantido o arquivamento e preservação da memória institucional.

Para os bolsistas iniciarem a pesquisa nas bases de dados foi oferecido um treinamento no Portal de periódicos da CAPES⁴, na

⁴ Biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Ele conta atualmente com um acervo de mais de 30 mil periódicos com texto completo, 130 bases referenciais, dez bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual. http://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_painstitucional&mn=69.

Biblioteca Central Macedo Costa, com o objetivo de facilitar as atividades desenvolvidas no RI. Após o treinamento da biblioteca, houve outro treinamento mais específico, direcionado às bases de dados que seriam trabalhadas e toda a política para inserção oferecida pelo Coordenador técnico do RI Rodrigo Meirelles.

Devido à diversidade de arquivos em formato digital a serem inseridos no RI, como livros, artigos, resenhas, trabalhos apresentados em eventos etc., adotou-se uma nomenclatura que abrangesse todo tipo de arquivo em formato de digital, tais arquivos seriam denominados de item.

Inicialmente, o trabalho dos bolsistas está focado na busca e inserção retrospectiva da produção acadêmica da Universidade, uma vez que são anos a serem recuperados e preservados. Para tanto as atividades desenvolvidas pelos bolsistas do RI podem ser divididas em etapas:

- i. busca em bases de dados;
- ii. verificação do vínculo do autor com a instituição;
- iii. descrição do metadados; e
- iv. arquivamento do item.

Tais etapas têm a finalidade de aperfeiçoar o trabalho do bolsista e garantir a correta inserção do item no repositório. Na primeira etapa o trabalho procede na busca de itens a serem inseridos no RI através de bases que tenha acesso aberto. A Plataforma Lattes⁵ também serve como fonte de informação para verificar a produção dos autores da Universidade.

A representação da informação no RI/ UFBA conhecida pelos bibliotecários como indexação e catalogação, ganha nomenclatura de metadados, mais especificamente dados sobre dados. O objetivo dos metadados é descrever os itens do RI para possibilitar ao usuário encontrar a informação ou o documento desejado.

[periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_painstitucional&mn=69](http://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_painstitucional&mn=69).

⁵ A Plataforma Lattes é a base de dados de currículos, instituições e grupos de pesquisa das áreas de Ciência e Tecnologia. <http://lattes.cnpq.br/>

Os bolsistas do RI/UFBA não tiveram dificuldades em trabalhar com esses metadados, pois a maioria já trabalhou com OPAC⁶ e o RI tem seus campos autoexplicativos. Portanto a descrição do item torna-se menos complexa. Os bolsistas contam com a orientação do Coordenador e também com um tutorial de submissão disponível para auxiliar os docentes, discentes e funcionários da UFBA no auto arquivamento dos documentos.

O preenchimento do formulário de descrição do item tem a finalidade de arquivá-lo no RI, contando com os seguintes campos: tipo de documento, título, local onde foi publicado, data de publicação, nome dos autores, ISSN/ISBN, resumo, palavras-chave, entre outros. O tipo de descrição depende do tipo de documento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como em toda instituição pública a dificuldade no andamento dos processos é um obstáculo a ser vencido, tal qual se apresenta em aguardar a chegada dos materiais necessários ao trabalho e questões de infraestrutura adequadas para realização das atividades. Todos esses contratempos tiveram que ser superados para o bom êxito do trabalho desenvolvido.

A natureza deste projeto coloca os estudantes de biblioteconomia e documentação frente aos paradigmas do século XXI: acesso livre ao conhecimento, computação em nuvem, preservação dos documentos, direito autoral, recuperação da informação, entres outros. Os bolsistas do RI/UFBA vivem uma experiência única, pois trabalham com elementos como catalogação, indexação e classificação em ambiente digital. Esse arcabouço de informação levará o estudante a refletir sobre o desenvolvimento de coleções, gerenciamento de bases de dados, interdisciplinaridade entre as áreas do conhecimento e estudo de usuário.

O RI/UFBA tem um forte desafio: conscientizar os docentes, discentes e funcionários da importância das inserções dos documentos

⁶ *Online Public Access Catalog*

produzidos no âmbito da instituição. Mas acredita-se que num futuro próximo esse trabalho contará com o grande apoio de toda Comunidade Científica da UFBA, ampliando de forma significativa o seu acervo digital.

Apesar do pouco tempo de implantação do RI/UFBA pode-se observar o resultado do bom trabalho que vem sendo desenvolvido por toda equipe. O IBICT concedeu uma premiação ao RI por ser o repositório institucional brasileiro que teve o maior número de depósitos de artigos científicos no período de abril a outubro de 2011. Além do fato da incorporação no primeiro semestre de 2012 do Banco Digital de Teses e Dissertações que poderá modificar, segundo o coordenador técnico, a posição da instituição de segundo lugar em inserções entre as Instituições Federais de Ensino Superior, para o primeiro lugar no Brasil e ficar entre as três primeiras no ranking geral, ainda em 2012.

Acredita-se que esse trabalho pode servir de incentivo a outras instituições e que novos RIs possam surgir, ampliando, dessa forma, o acesso livre à informação.

INSTITUTIONAL REPOSITORY OF UFBA: activities carried out by students of library and documentation

ABSTRACT

Institutional Repositories appear as alternative to preserve and disseminate the production of an institution. The Institutional Repository of the Universidade Federal da Bahia (RI\UFBA) aims to bring together all the academic and scientific production of the University following the worldwide movement of free access to scientific information. In order fulfill this task, fellows students of the course Librarianship and Documentation help in the settlement of the RI and in the procedures of self-archiving of teachers and employees of the University. In this context, the present study aims to demonstrate the experience of these students with the theoretical contents of the RI and with the methodology used in this activity involving database search data, use of metadata for describing and indexing documents. The access to ins-

titutional memory and to its production of knowledge is the groundwork of this project since, in practice the importance of dissemination and preservation of scientific production record for the own value of the University.

Keywords: Scientific Communication. Institutional Repository. Open Access. UFBA.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Maria Carmen Romcy. **Estabelecimento de padrões para bibliotecas universitárias**. Fortaleza: UFC; Brasília: ABDF, 1981. 71 p.

DECLARAÇÃO de Berlim. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/about/DeclaracaoBerlim.htm>>. Acesso em: 26 nov. 2011.

GONDAR, Jô. Quatro: Posições sobre memória social. In: DODEBEI, Vera (Org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p. 11-26.

MARCONDES, Carlos Henrique; SAYÃO, Luis Fernando Sayão. À guisa de introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In: _____. **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 9-21.

MIRANDA, Dely Bezerra de; PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas. O periódico científico como veículo de comunicação: uma revisão de literatura. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 375-382, set./dez. 1996. Disponível em: <revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/download/462/421> Acesso em: 21 nov. 2011.

NASSAR, Paulo. **A mãe de todas as responsabilidades**. 18 ago. 2007. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI1837029-EI6786,00-A+mae+de+todas+as+responsabilidades.html>> . Acesso em: 09 dez. 2011.

ROSA, Flávia Garcia; TOUTAIN, Lídia Brandão. Apresentação. In: SAYÃO, Luis. et al. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009.

ROSA, Flavia; MEIRELLES, Rodrigo França; PALACIOS, Marcos. Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia: implantação e acompanhamento. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 129-141, jan./abr. 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1590/1/5603.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Portaria nº 024/2010. Salvador, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/about/politica%20institucional.pdf>> Acesso em: 11 dez. 2011.

VARELA, Aida; BARREIRA, Maria Izabel de Jesus Sousa; BARBOSA, Marilene Lobo Abreu. Rumos da Comunicação Científica diante do Acesso Aberto à Informação. In: XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2011, Maceió. Disponível em: <<http://www.febab.org.br/congressos/index.php/cbbd/xxiv/paper/view/639>> Acesso em: 23 nov. 2011.

ZIMAN, J. M. **Conhecimento público**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

RESUMO DE TESES DOS DOCENTES DO DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECONOMIA DA UFMA¹

A POLÍTICA DE INCLUSÃO DIGITAL E O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CASA BRASIL NO MARANHÃO

Profa. doutoranda Maria da Glória Serra Pinto de Alencar

Pesquisa avaliativa do Programa Casa Brasil no Maranhão. Desenvolve-se uma avaliação política da política, buscando sistematizar o conjunto de forças atuantes na concepção, inicialmente, do projeto brasileiro "Sociedade da Informação", o que nos conduzirá ao debate da racionalidade adotada para os programas de inclusão digital, notadamente o Programa Casa Brasil. Realiza-se também uma avaliação de processo, identificando os determinantes institucionais e sócio-culturais responsáveis pela implementação do Programa Casa Brasil no Maranhão. A pesquisa toma como referência empírica o desenvolvimento dessa política no Maranhão, sendo esta escolha justificada pela posição que este Estado ocupa no Mapa da Exclusão Digital (2010). A investigação pretende contribuir para a construção do conhecimento acerca da inclusão/exclusão digital, o alcance e os limites do Programa Casa Brasil implementado pelo Estado, mediante sistematização e divulgação dos resultados alcançados sobre a temática, bem como, desvelar determinações e contradições presentes no processo de construção e implementação desta política. Quanto ao corte temporal, a investigação será centrada no período de 2009-2011, com vistas a apreender os avanços e retrocessos na implementação do Programa Casa Brasil no Maranhão. O pressuposto metodológico que deverá orientar este

¹ Apresentados pelos professores(as) do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão no 5º Encontro Pedagógico dos Docentes do Curso de Biblioteconomia da UFMA - nos dias 25 e 26 de abril 2012.

estudo é o de que a realidade social é complexa, contraditória e síntese de múltiplas determinações. Daí porque qualquer esforço de investigação deve ser capaz de superar a aparência e apreender a essência dos fenômenos, objeto de estudo, mediante aproximações sucessivas e o uso de procedimentos metodológicos sistemáticos e adequados. Assim, na proposta de avaliação do Programa Casa Brasil, procurar-se-á fazer uma abordagem crítica do papel das novas tecnologias para o capitalismo, revelando como a inclusão digital é compreendida, que promessas se faz a partir dela e a que usos, realmente, tem se prestado, a despeito de suas características revolucionárias, sobretudo em países periféricos como é o caso do Brasil, e especificamente, o Maranhão. Recorrer-se-á a perspectiva marxista para estruturar a investigação e sua posterior exposição, partindo-se do contexto histórico em que se está mergulhado nessa etapa do capitalismo, passando pelas particularidades inerentes à condição periférica que o Brasil ocupa no mundo até chegar à avaliação do Programa Casa Brasil no Maranhão que ilustrará todo o raciocínio a ser desenvolvido.

AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO SOB O DOMÍNIO DA JUSTIÇA: entre a disponibilidade e a garantia de acesso ao Direito e à Justiça.

Profa. Dra. Aldinar Martins Bottentuit

A presença das tecnologias de informação na Justiça Estadual do Maranhão sinaliza para um conjunto de medidas que deveriam possibilitar uma maior aproximação do Poder Judiciário com o cidadão, numa perspectiva de atender, via virtualização das informações jurídicas, aos princípios da transparência e do direito à informação, que se viabilizam pelo acesso a essa informação. A adoção dessas tecnologias vem permitindo, a disponibilidade em rede de um conjunto como acompanhamento processual; a pesquisa a base da legislação, jurisprudência e doutrina; o uso do processo eletrônico, além de algumas ferramentas sociais ou colaborativas, possibilitando aos cidadãos, aos atores do direito “desterritorializações” sem saírem de suas casas, escritório, fóruns, tribunais. Essa nova forma de prestação jurisdicional na configuração de sociedade em rede ou de uma cibercultura judicial, tem apresentado alguns aspectos que merecem ser investigados pela Ciência da Informação, como a qualidade do acesso e a distribuição de conteúdos jurídicos em domínio público. Entendemos que se há um movimento pelo livre acesso ao conhecimento e a informação jurídica, a Justiça, este tem que ser em condições de igualdade para todos/as. Objetivamos, assim, com esta pesquisa investigar e compreender como tem se efetivado presença da tecnologia de informação na distribuição da Justiça. A realidade social que elegemos para esta investigação é da Justiça Estadual Maranhense. O pressuposto que tecemos considera que o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), como mediador de conflitos e litígios, deve manter o sentimento de justiça e cidadania na prestação jurisdicional e, para tanto, pode se utilizar do potencial da Internet, no sentido de possibilitar aos atores do direito, ao/a cidadã/ã comum, novas formas de acesso qualitativo às informações e serviços/produtos. Para compreensão desse fenômeno, optamos pelo

pluralismo metodológico, como a entrevista, a observação e a pesquisa bibliográfica/documental, alicerçada em autores como Boaventura Santos, Castells, Cappelletti, Capurro, Matellart, Munoz, Rifkin, Sadek, Saracevic, entre outros/a que contribuíram para a reflexão crítica dessa problemática. Dada às novas possibilidades que se apresentam na democratização do acesso e uso da TI e, assim, possibilitar a circulação de mais informação em meio digital, de garantir uma Justiça mais visível, transparente e próxima do/a cidadão/a, concluímos pela necessidade de se fomentar e efetivar, de modo geral, o uso dessas tecnologias nos Tribunais.

Palavras-chave: Acesso à Justiça. Cibercultura judicial. Informação jurídica. Prestação jurisdicional em rede digital. Sítios jurídicos. TJMA.

**LIVROS, FOLHETOS, JORNAIS, CALENDÁRIOS E FOLHINHAS,
TUDO À VENDA NA BOTICA DE PADRE TEZINHO: práticas
sociais e práticas de leitura nos anúncios dos jornais do século
XIX (1821-1831)**

Profa. Dra. Maria de Fatima Almeida Braga

Este é o resultado de um trabalho desenvolvido que compõe a tese de doutorado cujo tema está focado nas práticas de leitura presentes na sociedade maranhense no século XIX, com recorte entre os anos de 1821 a 1831, data da circulação do primeiro jornal e da instalação da primeira tipografia no Maranhão, estendendo-se por todo o Primeiro Reinado quando a província começou a vivenciar os debates políticos e as transformações sociais, culturais e econômicas que lhe proporcionaram a construção de uma nova identidade. Trata-se de uma investigação histórica, tendo como fonte principal de pesquisa os jornais que circularam no Maranhão nesse período, e como sustentabilidade os reclames neles publicados que forneceram pistas necessárias para o entendimento das questões suscitadas sobre a cultura escrita, principalmente a presença de protocolos de leitura que, de forma geral, circundam ou estão vinculados às práticas de leitura e à cultura e de modo singular às pessoas, a fim de identificar as relações estabelecidas na tríade livro-leitor-leitura e, conseqüentemente, os desdobramentos sociais e pessoais, a partir do que era lido, produzido, veiculado ou comercializado entre os habitantes da província. Assim, houve também uma investigação de práticas sociais, incluindo ações, sujeitos e relações sociais, instrumentos, objetos, valores, tempo e lugar, não haurindo absolutamente o passado, mas garimpando referenciais que auxiliaram a entender o presente. O texto refaz um pouco a trajetória da imprensa no Maranhão, instituída com a finalidade de publicar o primeiro jornal maranhense *O Conciliador do Maranhão*, cujo caminho também é reconstituído assim como o dos demais jornais que circularam no período pesquisado, mostrando que eles serviram, não só para

aclarar ideias, mas também para fazer brotar ideais liberalizantes. O capítulo-chave decorre das informações extraídas sobre os impressos produzidos pela imprensa local, os que estavam sendo comercializados pelo mercado maranhense, os que se encontravam no prelo local ou externo, os que se constituíam em leituras dos intelectuais e jornalistas, considerados principais construtores das práticas de leitura dos maranhenses oitocentistas. Um panorama das instituições mediadoras do livro e da leitura fecha o circuito percorrido, mostrando que as artes como a música, a pintura e o teatro serviram para delinear uma sociedade com peculiar formação crítica e que, as sociedades literárias, os gabinetes de leitura, as bibliotecas e as escolas públicas ou particulares, foram, de fato, verdadeiros baluartes da boa educação e da liberdade dos povos.

Palavras-chave: Práticas de Leitura. Livro. Leitura. Maranhão. Século XIX.

MODELAGEM LÉXICO-ONTOLÓGICA DO DOMÍNIO PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO

Profa. Dra. Valdirene Pereira da Conceição

O estudo exploratório da ancoragem ontológica do léxico do Domínio Conceitual "Patrimônio Cultural de São Luís do Maranhão" (DCPCSL), discute os processos lingüístico e lingüístico-computacional de construção de ontolégio (construtos formal de natureza léxico-conceitual), com vista a elaboração de um modelo ontológico de representação desse domínio, a partir da sistematização das relações de sentido paradigmáticas e sintagmáticas que se estabelecem entre as unidades lexicais e os conceitos por elas ativados. Objetiva também descrever e analisar as unidades lexicais que constituem o universo do patrimônio cultural de São Luís por meio da elaboração do ontolégio em que fique documentado os traços identificadores do léxico do DCPCSL; servir de ferramenta auxiliar para pesquisadores da cultura e interessados em geral que queiram conhecer algumas particularidades do patrimônio material e imaterial da capital maranhense. Visa também, mediante o arcabouço teórico-metodológico da Semântica lexical e de ontologia empregados na pesquisa, possibilitar a estudantes dessas áreas a apreensão, adaptação e aplicação de conceitos e procedimentos metodológicos utilizados. Descreve a natureza teórico-aplicada da pesquisa, ressaltando que na dimensão teórica, foram investigadas e sistematizadas as informações conceituais do DCPCSL e do seu respectivo revestimento lexical no português, com base nos estudos sobre ontologias (estruturação hierárquica, relacional e explícita de conceitos de domínios conceituais) e semântica lexical (estruturação hierárquica e relacional da informação lexical em termos de relações de sentido). Faz também nessa etapa, uma incursão sobre o domínio patrimônio cultural destacando-se sua história, sua natureza de sistema simbólico, os processos de reconhecimento, apropriação e preservação assim como a elevação do Centro Histórico de São Luís à condição de Patrimônio da Humanidade, ilustrando-o como uma instância

de patrimônio cultural. Aborda ainda, os fundamentos dos principais tipos de estruturas de representação do conhecimento: redes e *frames* semânticos e ontologias. Informa que na dimensão prática, foi descrita e implementada uma parcela do léxico do DCPCSL no editor de ontologias Protégé, com base nas recomendações do *do framework Methontology*. Adota, como procedimento metodológico para à identificação, seleção e organização das unidades lexicais a consulta a fontes textuais não-estruturadas: dicionários (como meio de inclusão e exclusão de conceitos), teses, dissertações, artigos científicos, legislação e principalmente no Inventário dos Bens Culturais do Ministério da Cultura (MINC) e as fontes estruturadas (bases de dados, buscadores, internet). Apresenta como resultado da investigação a disponibilização de um "ontolégio" piloto do DCPCSL, composto de 256 unidades lexicais agrupadas nas seguintes categorias conceituais: tipo de bem, a natureza, a legislação, as medidas de proteção, as referências - cuja utilização demonstra-se relevante não só para a organização formal da informação desse domínio do conhecimento (processamento computacional de informação textual na web, PLN dentre outros) como também, e sobre tudo, para a sua utilização em tarefas de busca e recuperação de informação, cada vez mais exigentes nesta nossa era da informação.

Palavras-chave: Léxico. Ontologia. Ontolégios. Patrimônio Cultural de São Luís do Maranhão. Ontologia do Patrimônio Cultural

A IMPRENSA PERIÓDICA EDUCACIONAL NOS PAÍSES DO MERCOSUL: uma análise das temáticas, resultados de pesquisas

Profa. Dra. Claudia Maria P. de Abreu Pecegueiro

Estudo da Imprensa Periódica em Educação nos Países do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Considera a importância do processo de comunicação na atividade científica para o progresso da ciência, no compartilhamento de informação entre pesquisadores. Analisa a imprensa periódica em educação nos países que formam o Mercosul. Entende que a imprensa periódica educacional, representada por jornais, boletins, revistas, entre outros, é um instrumento de pesquisa, fonte importante de informação para a compreensão do pensamento pedagógico. A partir deste reconhecimento, essa pesquisa tem como objetivo analisar, no contexto da comunicação científica, os artigos publicados na imprensa periódica educacional dos países membros do Mercosul (Argentina, Brasil, e Uruguai) visando apreender as afinidades temáticas debatidas pelos pesquisadores, na área de educação. Sob o ponto de vista metodológico a pesquisa de natureza descritiva utiliza um intercruzamento teórico-metodológico quantitativo/qualitativo que leva em conta tanto os dados verificáveis como os sentimentos do pesquisador e dos sujeitos participantes da pesquisa. A técnica adotada na coleta de dados foi a análise de conteúdo, que ajuda a compreender criticamente o sentido do texto. Nos 39 artigos, selecionados e analisados, procurou-se compreender, a partir das palavras-chaves que retratam as temáticas abordadas nos artigos, além do conteúdo explícito, do seu significado manifesto, o conteúdo latente, observando atentamente o que não foi dito pelo autor. A análise demonstrou convergência na área de educação entre o Brasil e Argentina, através de duas temáticas: Política Educacional e Política Curricular. Por outro lado, a pesquisa também demonstra uma convergência entre Brasil e Uruguai, a partir da temática: Formação do Professor. Essas temáticas foram utilizadas como categorias de análises comparativa na Lei Geral

de cada país, por ser este um documento oficial de regulamentação da política educacional. As vistas da Lei Geral educacional pode-se inferir que os países do Mercosul possuem certa convergência em relação as suas políticas educativas, principalmente no que se refere ao compromisso do Estado de oferecer educação básica de forma regular e gratuita e que cada um desses países se encontram em um patamar de igualdade no âmbito educacional, ou seja, buscando na afirmação científica seus caminhos de afirmação econômica, política e cultural.

Palavras-chave: Imprensa periódica. Educação. Mercosul

PROJETOS DE PESQUISA¹

Profa. Dra. Valdirene Pereira da Conceição

ESTUDOS DO LÉXICO

VOCABULÁRIO DA CELEBRAÇÃO EUCARÍSTICA: ABORDAGEM LEXICOGRÁFICA E TERMINOLÓGICA

A pesquisa objetiva identificar e descrever as variantes semânticas e lexicais, utilizadas na celebração eucarística, por meio da elaboração de um vocabulário em que fique documentado o léxico e os traços identificadores desse universo do discurso. Objetiva-se também difundir e socializar a linguagem da Eucaristia por meio da obra lexicográfico-terminológica, vez que tem a função de registrar e resgatar a visão de mundo, a ideologia e os valores grupalmente compartilhados na celebração. Visa-se também, mediante as teorias lexicográficas e terminológicas empregadas, possibilitar a estudantes dessas áreas e principalmente de Biblioteconomia a apreensão, adaptação e aplicação de conceitos e procedimentos metodológicos utilizados.

INCURSÃO PELAS LEXIAS DOS LIVROS DO SENADO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS DO SÉCULO XVIII e XIX: ESTUDO DA REPRESENTAÇÃO DO *ETHOS* FEMININO E DAS POSTURAS SOCIAIS DA ÉPOCA

Objetiva-se com a pesquisa identificar e analisar a representação do *ethos* feminino e das posturas sociais expressas pelas unidades lexicais do vocabulário, dos Livros do Senado da Câmara Municipal de São

Luís, por tratar do processo histórico de formação da cidade de São Luís, revelando aspectos como posturas sociais da época, organização social, política e econômica, ao longo dos séculos XVIII e XIX. Busca-se ainda, analisar os sentidos mais frequentes associados as unidades lexicais referentes ao domínio, investigando se existe seu registro em obras lexicográficas.

ESTUDOS SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

A TEORIA DO LÉXICO GERATIVO DE JAMES PUSTEJVOISKY E A MODELAGEM CONCEITUAL DE RANGANATHAN: um olhar sobre os distanciamentos, aproximações e impactos na organização do conhecimento

A pesquisa, ora apresentada, tem como objetivo geral compreender e analisar os fundamentos teórico-metodológicos da Teoria do Léxico Gerativo (TLG), modelo proposto por Pustejovsky, especificamente, do construto “Estrutura *Qualia*” (do inglês *Qualia Structure*) e da modelagem conceitual de Ranganathan (*Colon Classification*), na descrição do núcleo de significação de uma unidade léxica e dos conceitos por elas ativados, com vista a construção e compartilhamento de ontológicos (estruturas conceituais) científicos. Mais especificamente, tenciona traçar os distanciamentos e as aproximações entre a TLG e a *Colon Classification* e seus impactos na representação e organização do conhecimento bem como propiciar o desenvolvimento de investigações teóricas (estudos do léxico e de categorias conceituais) e aplicadas (processamento computacional de informação textual disponível em bibliotecas tradicionais e na web).

¹ Apresentados no 5º Encontro Pedagógico dos Docentes do Curso de Biblioteconomia da UFMA - nos dias 25 e 26 de abril 2012.

IMPACTOS DA POLÍTICA DE INDEXAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS DE SÃO LUÍS

A pesquisa tem como objetivo investigar o uso da política de indexação na gestão da organização e recuperação da informação pelas bibliotecas universitárias da rede pública e privada de São Luís. Visa também detectar os principais entraves na elaboração e implementação da política de indexação como elemento estratégico de controle da qualidade do tratamento intelectual da informação pelas bibliotecas universitárias da capital maranhense.

ENTREVISTAS

PROF. DR. ANTONIO JOSÉ SILVA OLIVEIRA

Presidente do Comitê Estratégico São Luís 400 anos, Doutor em Física Atômica e Molecular, Membro das Academias Maranhense e Paraense de Ciências, Conselheiro da SBPC, Pesquisador do CNPq e Vice-Reitor da UFMA.



Antonio José Silva Oliveira, natural de Bacabal - MA, é graduado em Física pela UFMA, Mestre em Física da Matéria Condensada pela Universidade Federal do Ceará e Doutor em Ciência na área de Física Atômica e molecular pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Atualmente, é professor associado III da Universidade Federal do Maranhão exercendo suas funções de pesquisador no Departamento de Física e nos

programas de Pós-Graduação em Educação. Foi membro do Conselho Superior da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e do Conselho da Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciências, membro fundador da Academia Maranhense de Ciências e membro correspondente da Academia Paraense de Ciências. Publicou vários artigos periódicos especializados, nacionais e internacionais, e possui mais de uma centena de trabalhos publicados em anais de eventos. Possui capítulos de livros e livros publicados. Possui produção técnica na forma de patente e industrializada. Orienta dissertação de mestrado, trabalhos de iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso

nas áreas de Física, Educação e Antropologia. Recebeu um prêmio científico e foi condecorado com a medalha Simão Estácio da Silveira pela Assembleia Legislativa de São Luís pelos relevantes serviços prestados à UFMA. Participa de vários projetos de pesquisa, como coordenador e como membro. Participa intensamente de Congressos Nacionais e Internacionais como conferencista. Atua na área de Física, com ênfase em Estrutura Eletrônica de Átomos e Moléculas: Teoria, como também na área de Difusão e Popularização da Ciência. Em suas atividades profissionais interagiu com vários colaboradores em co-autorias de trabalhos científicos. Foi tutor do PET do curso de Física da UFMA. Como gestão exerceu a função de Chefe de Departamento de Física por duas ocasiões, foi Diretor de Pós-Graduação e no momento exerce a função de Vice-Reitor da UFMA.

No ano em que São Luís comemora 400 anos, fale sobre os caminhos percorridos e a importância da Ciência para o progresso da sociedade ludovicence.

A cidade de São Luís do Maranhão, nascida em 1612, com a chegada dos europeus, teve a sua educação fundamentada em doutrina cristã (eclesiástica), em seus portos, contribuindo com a formação dos seus habitantes, o que iria permear as diferentes manifestações artísticas que enriquecem a nossa cultura. Nos dois primeiros séculos, nossa Educação foi monopólio dos Jesuítas e foi pautada em um ensino livresco, retórico e memorístico. No século dezenove (XIX) podemos enfatizar a fundação da Biblioteca Pública (1829), além disso foi inaugurado o Liceu Maranhense (1838) e feito o lançamento do livro *A escravatura no Brasil e a agricultura e colonização no Maranhão – 1865* – Antonio Brandão Junior – Primeira aplicação do Positivismo à realidade Brasileira. No final do século XIX, com o fim do Brasil imperial e com a adesão à república, as gráficas multiplicam-se, consolidando-se o jornalismo político e literário. Cria-se grupos de intelectuais que são responsáveis pela organização cultural do Estado. Esses grupos realizavam inúmeros eventos como conferências, saraus,

publicavam periódicas, livros entre outras atividades. Nesse contexto, no início do século vinte (XX), criou-se uma efervescência na procura de novos conhecimentos, em especial entre os jovens, incluindo ciência, cultura e sociedade geradas pelas novas descobertas científicas daquele momento na Europa e pela conscientização de que a ciência é a mola propulsora do desenvolvimento. Essas discussões foram realizadas por líderes intelectualmente fortes, membros fundadores da Academia Maranhense de Letras (1908), e que iriam constituir a base para a formação das primeiras Instituições de Ensino Superior no Estado. Em 1909, na Biblioteca Pública do Estado, os “cultores” das Letras que residiam em São Luís, visando às celebrações dos 300 anos de fundação da cidade, acordaram pela criação de uma Universidade Popular (1909-1910) que funcionaria semanalmente, às quintas-feiras, no salão da Biblioteca Pública Estadual. Vale pontuar que a ideia de se criar uma Universidade Popular no Maranhão foi muito importante, uma vez que deu margem para que outras iniciativas emergissem no campo educacional, além do que, no campo científico organizaram-se outros grupos de intelectuais em torno das questões referentes à ciência e à valorização do conhecimento. Surge, então, a Escola de Ensaio em um contexto rico em movimentos sociais, que questionava a ordem estabelecida. Sua criação foi proposta por Astrolábio Caldas, analisada e aceita por outros jovens intelectuais preocupados com a instrução e com a tradicionalidade que a cidade na época, ou anterior àquela época, tinha em produzir vultos como Gonçalves Dias, Aluísio e Arthur Azevedo, consagrados nacionalmente, além de Antonio Lobo e João Lisboa. Eles ficaram conhecidos como “Novos Atenienses”. O produto direto dessas iniciativas foi a criação das primeiras Faculdades. Podemos citar Escola de Aprendizagem Agrícola “Cristino Cruz” (1916) – Faculdade de Direito (1918) – Escola de Enfermagem (1919) – Escola de Belas Artes (efêmera) – Faculdade de Odontologia (1925) – Criação do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (1925), que formaram a base da criação da Universidade Federal do Maranhão. Em 1962, quando São Luís completou 350 anos, existia no seio da comunidade acadêmica o desejo de mudança e de unificação e então foi criada

a Sociedade Maranhense de Cultura Superior com o fim precípua de criar a Universidade do Maranhão. Na frente das comemorações estavam Dom Delgado e Padre Ribamar Carvalho. Novamente as ações e pensamentos dos amantes da educação e da ciência contribuíram fortemente para surgimento, em 1966, da Universidade Federal do Maranhão, legado dos 350 anos.

Qual a contribuição da Universidade Federal do Maranhão nesse processo?

A partir de 1966 a Universidade tornou-se a mola propulsora do conhecimento científico e tecnológico do Estado do Maranhão, juntamente com outras Instituições de Ensino Superior e sua principal contribuição foi sua inserção na sociedade maranhense como forma de inclusão social, de emprego e renda. Hoje a UFMA é parte integrante do desenvolvimento da nossa sociedade na formação de nível médio, superior e pós-graduação.

Quais as perspectivas da UFMA em relação ao incentivo ao desenvolvimento e produção científica para os próximos anos?

Hoje a Universidade Federal do Maranhão tem uma forte política de desenvolvimento da pós-graduação como todo com a criação da infraestrutura física necessária, incentivo a formação de doutores, fomento a formação de grupos de pesquisas, aliado a uma forte política de publicação, produção de patentes e registro industrial. Desta forma acreditamos que em um curto espaço de tempo a UFMA se consolidará uma referência na produção científica em nosso estado e na região norte e nordeste.

ENTREVISTA COM O PROF. DOUTORANDO JONATHAS LUIZ CARVALHO SILVA



Professor do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará - Campus Cariri. Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba. Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia, atuando principalmente nos seguintes temas: identidade social e cultural, identidade da Biblioteconomia brasileira e aspectos teóricos, históricos e epistemológicos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Trabalha ainda

enfaticamente com projetos sociais, especialmente a partir das bibliotecas escolares, comunitárias e populares, interagindo com diversos movimentos sociais e comunitários e concebendo suas concepções sociais, educativas e culturais. Tem atuado enfaticamente no ensino e pesquisa com projetos, disciplinas, palestras e cursos no contexto da ciência e metodologia da pesquisa. Apresenta também estudos e reflexões sobre usuários da informação.

Nesta entrevista o professor pontuou questões referentes a trajetória do bibliotecário, perspectivas, desafios e oportunidades, em homenagem aos cinquenta anos de biblioteconomia no Brasil.

Caminhos percorridos pelo bibliotecário e sua situação atual

A profissão de bibliotecário possui uma trajetória marcada por devires intelectuais, técnicos, normativos e sociais.

Destacando cada ponto, observo que a exigência intelectual é pressuposto inicial para pensar os procedimentos e a finalidade da

profissão de bibliotecário. No Brasil, especialmente entre os séculos XVI e XIX (quando ainda não havia a Biblioteconomia institucionalizada enquanto disciplina profissional com formação de nível superior), o bibliotecário era constituído comumente por pessoas ligadas a Igreja (padres, bispos, entre outros) com uma grande capacidade estratégica de organização de documentos, fluidez oral (facilidade de comunicação e inteligibilidade, além de um discurso erudito) e conhecimento sobre línguas estrangeiras e/ou universais (inglês, espanhol, latim...). Esses requisitos tornavam o bibliotecário um ser referencial no diálogo para construção de conhecimento e uso da informação.

Já o caráter técnico-normativo (técnico enquanto processo de organização e representação e normativo no que toca aos princípios para organizar e representar a informação) do bibliotecário ganha ênfase no Brasil em fins do século XIX e início do século XX quando da constante importação dos conceitos e práticas de organização/representação da informação dos Estados Unidos, como a CDD de Melvil Dewey, que foram instituídas nos cursos de Biblioteconomia espalhados pelo País. A intensificação do processo técnico-normativo engendrou dois grandes contrapontos para atuação do bibliotecário: o primeiro de cunho promissor, pois alargava possibilidades para organização do conhecimento em bibliotecas, tornando o bibliotecário um profissional apto a pensar os processos que norteiam desde a organização até o uso da informação; o segundo é que com a importação demasiada dos conceitos e práticas de organização estadunidenses, o Brasil constitui a formação de uma Biblioteconomia eminentemente submissa a pressupostos estrangeiros, sem uma adaptação às necessidades nacionais, o que estimulou a percepção de que o bibliotecário seria meramente um executor de atividades impostas, sem uma perspectiva de pensamento e planejamento mais amplo.

O caráter social do bibliotecário demanda uma ampliação do fazer do bibliotecário, considerando a junção de sua habilidade intelectual com sua habilidade técnico-normativa. A atuação social do bibliotecário prima, a priori, pelo entendimento da informação como elemento estratégico para promover acesso aos usuários. Portanto, a

função social do bibliotecário se insere em uma perspectiva de articular os processos de informação (organização, representação, mediação, disseminação, acesso, uso...) de modo articulado. Logo, a função social do bibliotecário atualmente deve ser vista no âmbito do paradigma social, isto é, deve ser construída COM o usuário, observando suas necessidades de informação e visando a satisfação dessas necessidades (o paradigma social também chamado de sóciocognitivo engloba os paradigmas físico e cognitivo). Para tanto, articular os processos de informação, implica no uso deliberado das concepções de gestão e tecnologias da informação, sendo a primeira fundamento estratégico para a aplicação de organização, fontes, recursos e serviços de informação e a segunda como suporte para o acesso à informação em múltiplas possibilidades espaço-temporais. Assim, a função social do bibliotecário reside não somente em sua capacidade intelectual e organização/representação da informação (continuam sendo relevantes), mas em sua capacidade de agregar valores e recursos (humanos e financeiros) para tornar o centro de informação que atua dinâmico e atrativo, de sorte que o papel primordial de qualquer bibliotecário/centro de informação é promover acesso à informação de forma eficiente e eficaz.

Fale sobre as perspectivas e desafios do bibliotecário

As grandes perspectivas e desafios do bibliotecário residem na possibilidade de implementar o ideário do paradigma social como marca de uma identidade afirmativa na profissão, uma vez que, embora ocorra uma mudança de discurso efetiva em termos de atuação do bibliotecário, ainda é muito comum a associação do bibliotecário a um ideário apenas técnico e normativo (ressaltando que continuam sendo muito importantes, mas não como finalidade da profissão e sim como procedimentos).

É preciso ponderar que qualquer profissão não apenas tem perfil único, mas plural. Por isso, no caso do bibliotecário, há uma pluralidade de perfis, como aqueles mais voltados para o perfil do processamento técnico, bem como aqueles que atuam no âmbito da mediação,

acesso e uso da informação (bibliotecário de referência e o idealizador de serviços, por exemplo) e ainda aqueles com perfil de gerência e/ou atrelado ao uso das tecnologias (uso de sites, portais, redes sociais como instrumentos para organização, acesso e uso da informação).

O fato é que o bibliotecário que pretende ser referência de contemplação dos desafios e perspectivas exigidos no século XXI é aquele que consegue aglutinar a maior quantidade e qualidade de perfis mencionados no parágrafo anterior, de forma dinâmica, pois amplia suas possibilidades de atuação e aceitação no mercado e pela sociedade.

As perspectivas de atuação do bibliotecário estão inseridas desde a afirmação do discurso profissional (protagonista de atividade dinâmica) até a prática (profissional socializador e agregador). Isso significa dizer que o bibliotecário deve se assumir como profissional autêntico que veja no usuário seu principal sujeito de interação e atuação, pois toda sua atividade está voltada para sua(s) comunidade(s).

Com relação ao discurso profissional, é pertinente começar pela própria forma de chamar o bibliotecário, de modo que vejo muitos componentes da área afirmando o termo 'profissional bibliotecário'. Daí, me pergunto: existe outro bibliotecário que não seja profissional? Não existe o 'profissional médico', 'profissional administrador', pois são profissionais estabelecidos. O bibliotecário deve também partir do mesmo pressuposto, de sorte que na prática o bibliotecário é (e deve ser) o profissional que trabalha com a organização e mediação da informação em múltiplos espaços (bibliotecas, centros culturais, empresas...) e suportes (físico e digital).

Oportunidades de atuação dos bibliotecários diante da realidade atual

Diante das perspectivas de atuação social do bibliotecário na dinâmica político-institucional tão difundida no século XXI, no âmbito do paradigma social, é preciso considerar a difusão do mercado da área basicamente delimitado em dois contextos gerais:

a) o mercado convencional, representado pelas bibliotecas dos

mais diversos tipos (públicas, escolares, universitárias, especializadas, comunitárias/populares etc.), centros culturais e de documentação;

b) o mercado não convencional, representado por bancos, indústrias, meios de comunicação e indústrias/empresas de gêneros diversos.

Nos dois mercados mencionados, o bibliotecário deve possuir atribuições semelhantes, tais como: organizador, mediador, gestor, vinculado ao uso das tecnologias digitais. Outra semelhança reside no fato do bibliotecário ser dinâmico, comunicativo e outras características concernentes a pró-atividade profissional inerente a qualquer profissão.

A grande diferença é que no mercado convencional o bibliotecário possui um perfil mais pedagógico, lúdico e humano, enquanto no mercado não convencional o bibliotecário possui um perfil mais administrativo, comercial e empresarial (levando em consideração que esses perfis não são necessariamente excludentes, mas complementares, o que me leva a pensar que o perfil do mercado não convencional pode ser aplicado no mercado convencional de forma recíproca).

Essa delimitação do mercado convencional e não convencional é condição *sine qua non* para pensar a atuação do bibliotecário. Vejo muitos bibliotecários, professores, estudantes sendo perguntados:

- O que faz um bibliotecário?

E a resposta vem de forma abrupta:

- O bibliotecário não trabalha só com biblioteca.

Essa resposta não somente diminui o valor ético e deontológico da profissão quanto torna sua atuação vaga de sentido e ridiculariza seu construto originário de atuação (e que merece muito respeito e valorização) que é a biblioteca.

Penso que é possível definir a atuação do bibliotecário afirmando que este é o profissional técnica, normativa e socialmente habilitado para trabalhar com organização, mediação, gestão, planejamento e tecnologias da informação em espaços convencionais (bibliotecas dos mais diversos tipos) e não convencionais (empresas, bancos, indústrias, meios de comunicação e outros).

Finalmente, creio que se a Biblioteconomia de forma mais ampla - pois insere não somente o bibliotecário, mas também estudantes, professores e órgãos de classe (Conselhos, Associações e Sindicatos) - de forma integrada constituir essa perspectiva discursiva (e acredito que estamos caminhando para isso), teremos a construção de uma identidade afirmativa que nos permita conquistar e estabelecer mais espaços de atuação, sem exclusões ou discriminações, se está vinculado ao chamado plano convencional ou não convencional, de modo que ambos se complementam e se fortalecem. Por exemplo, há empresas, bancos e meios de comunicação que o bibliotecário atua nas bibliotecas dessas organizações, o que conota uma construção mútua do ideário de atuação do bibliotecário.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A revista A REVISTA BIBLIOMAR publica artigos, relatos de experiências, resenhas, resumos e informes pertinentes à área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, cabendo ao seu Conselho Editorial a decisão final sobre a publicação. A simples remessa de originais à revista significa autorização do autor para sua publicação, porém não implica compromisso de divulgação pela revista. A Revista Bibliomar exime-se do pagamento dos direitos autorais ou fornecimento de separatas.

Normas para Apresentação de trabalhos:

1. Os originais entregues à Comissão de Captação de Originais serão apreciados, selecionados e aprovados pelo Conselho Editorial.

2. O texto não deve ser paginado, possuir no mínimo 3 pág., incluindo o resumo e a referência.

3. Em folha à parte o(s) autor(es) deverá(ao) apresentar as seguintes informações: nome completo do(s) autor(es), qualificação acadêmica, instituição vinculada, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail) para contato.

4. Os artigos deverão ser redigidos em português, digitados em papel branco A4 (21,0 cm x 29,7 cm) no programa "Word for Windows", com uso da letra no formato Arial, em espaço 1,5 entrelinhas, fonte tamanho "12" para o texto e tamanho "10" para citações longas e notas de rodapé. Devem assegurar a padronização obedecendo a NBR 14724/2002, da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) às margens:

superior: 3,0 cm;

inferior: 2,0 cm;

esquerda: 3,0 cm;

direita: 2,0 cm;

parágrafo: 2,0 cm a partir da margem esquerda;

citação longa: recuo de 4,0 cm da margem esquerda.

5. O original, deverá ser acompanhado de 02 vias impressas acompanhadas do respectivo disquete com identificação do autor (ou autores, se for o caso) e título do trabalho.

6. A primeira página deve conter as informações na seguinte ordem:

- a) Título do trabalho em negrito e subtítulo centralizado, se houver;
- b) Nome(s) do(s) autor(es) seguido(s) de asterisco(s), remetendo para o rodapé da página, a qualificação acadêmica, instituição a que está vinculado;
- c) Resumo informativo de até aproximadamente 150 palavras em português, acompanhado das palavras-chave que identifiquem o conteúdo;
- d) Tradução do respectivo resumo e palavras-chave (fonte 10, espaço simples entrelinhas) após as resumo em português para efeito de praticidade e recuperação eficaz da informação.

7. Os títulos das tabelas e quadros devem ser numerados consecutivamente em algarismos arábicos. Esses algarismos devem vir acima das ilustrações seguidas dos respectivos títulos, apenas com a inicial maiúscula. Quando as tabelas e quadros são transcritos, devem se colocar abaixo uma legenda indicando a fonte.

8. Sempre que for mencionada uma citação no texto indica-se a fonte consultada. Para efeito de padronização seguir a NBR 10520/2002, da ABNT seguindo o sistema autor-data, remetendo-se para a Referência, ficando o rodapé para as notas.

9. As referências devem ser elaboradas obedecendo ao disposto na NBR 6023/2000 da ABNT, ora em vigor. Todo autor citado no texto deverá constar em uma lista chamada Referência, em ordem alfabética pelo sobrenome do autor.

Observação: Os autores dos artigos publicados receberão certificados.

Endereço para o envio de original:
Universidade Federal do Maranhão
Centro de Ciências Sociais
Curso de Biblioteconomia – Disciplina: Política Editorial
Revista BIBLIOMAR
Av. dos Portugueses, 1966, Bacanga
São Luís – Maranhão
CEP: 65080-805



Profa. Ms. Rita Gonçalves
Marques Portela Ferreira



Comissão da Captação de Originais



Comissão de Comunicação e Divulgação



Comissão de Editoração



Comissão de Patrocínio e Finanças



Coordenadoras de Comissões

